



ANAIS DE SEMINÁRIO

Violência e saúde: da prevenção ao cuidado integral

13 e 14 de março de 2025

Universidade Federal
do Espírito Santo

ISBN: 978-65-994410-9-7

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



APOIO





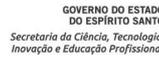
**ANAIS DO SEMINÁRIO DE
ENCERRAMENTO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM PREVENÇÃO ÀS
VIOLÊNCIAS, PROMOÇÃO DA SAÚDE E
CUIDADO INTEGRAL”**

**TEMA CENTRAL DO EVENTO
VIOLÊNCIA E SAÚDE DA PREVENÇÃO AO
CUIDADO INTEGRAL**

Vol. 1, 2025 – ISBN 978-65-994410-9-7

EVENTO HÍDRIDO (PRESENCIAL E ONLINE)

13 e 14 de março de 2025



Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

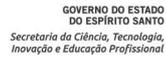
L533a Leite, Franciéle Marabotti Costa, -
Anais do Seminário de encerramento do Curso de Especialização em Prevenção às violências, promoção da saúde e cuidado integral : violência e saúde: da prevenção ao cuidado integral / Franciéle Marabotti Costa Leite. - 2025.
65 f. : il.

Orientador: .
Produto Técnico-Tecnológico (Apresentação de trabalho) () -
Universidade Federal do Espírito Santo, .

1. Violência. 2. Cuidados. 3. Saúde. I. , . II. Universidade Federal do Espírito Santo. . III. Título.

CDU:





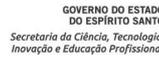
Presidente – Coordenadora do curso de Especialização

Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite

Departamento de Enfermagem. Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENF). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Fundadora e Líder do Laboratório de Estudos sobre Violência, Saúde e Acidentes (LAVISA).





Organização do SEVES:

LAVISA - Laboratório de Estudos Sobre Violência, Saúde e Acidentes

SEAD UFES – Superintendência de Educação a Distância

Coordenação:

Professora Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite

Comissão Científica:

Bruna Venturin

Dherik Fraga Santos

Fernanda Garcia Gabira Miguez

Franciele Foschiera Camboin

Franciele Marabotti Costa Leite

Gracielle Pampolim

Karina Fardin Fiorotti

Laura Fontes Silva

Luíza Eduarda Portes Ribeiro

Maíra Lopes Almeida

Marcelle Lemos Leal

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

Nathália Miguel Teixeira Santana

Tiffani Matos Oliveira

Comissão de Temas e Minicurso:

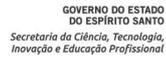
Franciéle Marabotti Costa Leite

Getulio Sérgio Souza Pinto

Laura Fontes Silva

Maíra Lopes Almeida





Fernanda Miguez

Gabriela Oliveira

Solange Drumond Lanna

Luiza Eduarda Portes Ribeiro

Franciele Froschiera

Karina F Fiorotti

Alexandra M Entringer

Comissão de secretaria:

Caroline Bolsoni Ribeiro

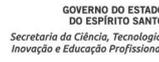
Senimara Tosta da Silva Borges

Comissão de divulgação:

Micael Alves Franco

Isaura Alves





SOBRE O SEMINÁRIO

A Universidade Aberta Capixaba (UnAC), a Superintendência de Educação à Distância da Universidade Federal do Espírito Santo (SEAD/UFES) e o Laboratório de Estudos Sobre Violência e Acidentes (LAVISA) da UFES, organizaram nos dias 13 e 14 de março de 2025 no Campus Goiabeiras da UFES, o SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE (SEVES), sob coordenação da Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite.

O evento, teve atividades on-line e presenciais, com objetivo de discutir os determinantes sociais da violência e o seu impacto social e de saúde, fortalecendo ainda mais a compressão da importância de ações interdisciplinares na prevenção e enfrentamento a esse agravo. E seminário também desempenhou um papel de evento de encerramento da Especialização em Prevenção às violências promoção à saúde e cuidado integral oferecido pela SEAD/UFES em parceria com o LAVISA sob coordenação da Profª Drª Franciéle M. C. Leite.

Foi promovido um encontro dos alunos do curso de Especialização em prevenção às Violências, Promoção da saúde e cuidado integral (UNAC/SEAD/UFES) com Pesquisadores, Profissionais de diferentes setores (saúde, educação, assistência social e segurança), além de alunos de graduação, e, Pós-Graduação de instituições Locais e Nacionais.

O SEVES contribui por fortalecer o Estado do Espírito Santo no desenvolvimento de pesquisas, no enfrentamento e prevenção às violências, bem como, oportunizou estudantes, profissionais e pesquisadores no intercâmbio e colaborações com a UFES e com outras instituições, nas ações de ensino, pesquisa e extensão.





PROGRAMAÇÃO

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	CONVIDADO/RESPONSÁVEL
13/03/2025	08 às 12 horas	Minicurso: Drogas e Violência – conceitos e debates	Getulio Sérgio Souza Pinto
	08 às 12 horas	Minicurso: Vínculo familiar como fator de proteção da violência	Laura Fontes Silva Maíra Lopes Almeida
	08 às 12 horas	Minicurso: Revisão de literatura e Redação Científica	Fernanda Miguez Gabriela Oliveira
	08 às 12 horas	Minicurso: Estruturação da vigilância epidemiológica de Violências	Solange Drummond Lanna Luiza Eduarda Portes Ribeiro
	08 às 12 horas	Minicurso: Prevenção de acidentes na infância: práticas educativas e manejo	Franciele Froschiera
	08 às 12 horas	Minicurso: Violência sexual na infância: identificação e manejo	Karina F Fiorotti Alexandra M Entringer
	13 às 15 horas	Apresentação dos trabalhos aprovados	Mediadoras: Karina Fiorotti; Márcia Pedroso e Marcelle Leal
14/03/2025	13 às 13:30h	Credenciamento	
	13:30 às 14h	Mesa de abertura	Representantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPES); Superintendência de Educação à Distância (SEAD) e a Coordenação do Curso.
	14h às 15:15h	Mesa redonda “Violência e saúde: a importância do processo formativo para as ações de prevenção e cuidado”	Dra. Naiza Bandeira de Sá (Ministério da Saúde) Esp. Cheila Marina Lima (Ministério da Saúde) Esp. Marcia Saldanha (PMV) Esp. Orlei Cardoso (SESA/ES) Mediadoras: Dra. Franciele Marabotti Costa Leite
	15:15 às 16:15h	Conferência	Dr. Amâncio Antônio Sousa Carvalho
	16:15h às 17h	Menção honrosa e Encerramento	Dra. Franciele Marabotti Costa Leite
	17h	Coquetel de encerramento	





SUMÁRIO

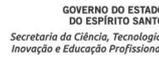
AÇÕES DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	13
CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E FAMILIARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS NOS REGISTROS DE UM CONSELHO TUTELAR EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO.....	14
COMPORTAMENTO ALIMENTAR E VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA EM MULHERES: ESTUDO EM CAPITAL BRASILEIRA	15
COMPORTAMENTO AUTOLESIVO NA ADOLESCÊNCIA: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA BIOECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER	16
“PAREM DE NOS MATAR”: GEOGRAFIA DE VIOLÊNCIA E MORTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA-RMGV	17
PERFIL DOS ÓBITOS POR SUICÍDIO NO ESPÍRITO SANTO ENTRE 2019 A 2024	18
PERSPECTIVAS DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS DO CREPOP	19
PREVALÊNCIA DE ADVERSIDADES NA INFÂNCIA ENTRE ADOLESCENTES LGBT+: UM ESTUDO TRANSVERSAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO	20
QUALIDADE DE VIDA E VIOLÊNCIA POR PARCEIRO INTÍMO CONTRA MULHERES EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO	21
RASTREIO DA VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: DADOS DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO	22
RELAÇÕES ENTRE BULLYING E SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	23
UM ESTUDO ACERCA DA VIOLÊNCIA ACOMETIDA CONTRA ENFERMEIROS EM SEUS AMBIENTES LABORAIS	24
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES IDOSAS LONGEVAS NO ÚLTIMO ANO: DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019	25
VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS LONGEVOS NO ÚLTIMO ANO: DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019	26
VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA POPULAÇÃO TRANS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	27
EXPOSIÇÃO A VIOLÊNCIA ASSOCIADA A SINTOMATOLOGIA DA DEPRESSÃO EM MULHERES.....	28
EXPOSIÇÃO AS ADVERSIDADES NA INFÂNCIA ASSOCIADA A SINTOMATOLOGIA DA DEPRESSÃO EM MULHERES	29
IDENTIFICAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS NO ATENDIMENTO CLÍNICO ODONTOLÓGICO E AS FERRAMENTAS QUE AUXILIAM O MANEJO DOS CASOS: REVISÃO DA LITERATURA.....	30
“TRISTE, LOUCA OU MÁ”: ARTICULAÇÕES ENTRE SAÚDE MENTAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	31
O ASSÉDIO MORAL E ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES: UMA REVISÃO NARRATIVA	32
A PARTICIPAÇÃO DO CEJUSC NA REDE DE CUIDADO AOS VULNERÁVEIS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	35





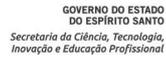
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	36
A PSICOLOGIA NO “CHÃO” DA ESCOLA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.....	37
ABUSO SEXUAL E VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	38
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 2024 COMO PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	39
AUTOMUTILAÇÃO EM ADOLESCENTES, SUAS NUANCES NA SUBJETIVIDADE: UM RELATO REFLEXIVO.....	40
CICATRIZES INVISÍVEIS: COMO ACOLHER E MINIMIZAR OS TRAUMAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA.....	41
CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS E SONOLÊNCIA: ESTUDO COM MÃES RESIDENTES DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO.....	42
CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS E SUA ASSOCIAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA ENTRE MULHERES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO.....	43
CUIDADO COLETIVO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE SAÚDE MENTAL PARA MULHERES.....	44
ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA COM TRANSTORNOS MENTAIS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.....	45
FATORES DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA OS IDOSOS: UMA REVISÃO NARRATIVA.....	46
FATORES QUE INFLUENCIAM O ALEITAMENTO MATERNO NOS SEIS PRIMEIROS MESES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES: UM ESTUDO TRANSVERSAL.....	47
FORTALECIMENTO DA SAÚDE E AUTONOMIA DA PESSOA IDOSA: ESTRATÉGIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE.....	48
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: INTEGRAÇÃO ENTRE CURRÍCULO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	49
INCIDÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER DE 20 A 59 ANOS NO BRASIL E POR REGIÕES EM 2022.....	50
MEDIAÇÃO JUDICIAL NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A POSSIBILIDADE DO EMPODERAMENTO DA MULHER NAS AÇÕES FAMILIARES.....	51
PARENTALIDADE POSITIVA E EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA... ..	52
PERFIL DA QUALIDADE DE VIDA ENTRE MULHERES COM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO.....	53
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.....	54
PROMOÇÃO DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.....	55
SINTOMAS DEPRESSIVOS ENTRE MULHERES COM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES.....	56
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE, RAÇA, COR E ETNIA, UMA QUESTÃO DE SAÚDE: REVISÃO DA LITERATURA.....	57





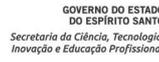
SOBREVIVER AO SUÍCIDIO: O IMPACTO DAS VIOLÊNCIAS INTERSECCIONAIS NA VULNERABILIDADE COLETIVA DE ESTUDANTES NEGROS E LGBTQIAPN+ NO AMBIENTE ESCOLAR.....	58
TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS EM VITÓRIA-ES.....	59
USO DE MEDICAMENTOS INDUTORES DO SONO E A EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO.....	60
VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS NO ESPÍRITO SANTO: PESQUISA DOCUMENTAL	61
VIOLÊNCIA CONTRA TRANSEXUAIS: REVISÃO DE LITERATURA	62
VIOLÊNCIA NO NAMORO ENTRE ADOLESCENTES: REVISÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA	63
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA	64
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL.....	65
TRABALHOS PREMIADOS COM MENÇÃO HONROSA NO EVENTO	66





Trabalhos apresentados no evento:
MODALIDADE COMUNICAÇÃO COORDENADA





AÇÕES DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

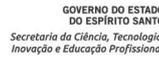
CATIUCIA ESTEVÃO GRILO¹; MEYRIELLE BELOTTI¹

1 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil.

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que impõe desafios à sociedade, dentre eles a crescente preocupação com a violência contra a pessoa idosa. Este estudo propõe, por meio de uma revisão narrativa da literatura, analisar as ações desenvolvidas para a proteção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, no âmbito das políticas públicas. A pesquisa, realizada na Biblioteca Virtual de Saúde, analisou artigos científicos publicados entre 2019 e 2024. Os descritores utilizados foram: "idosos" and "violência" and "políticas públicas". Foram selecionados 06 estudos. Os resultados evidenciam que as ações para enfrentar a violência contra idosos abrangem diferentes aspectos, desde políticas específicas para instituições de longa permanência até programas intersetoriais e a importância de serviços de convivência. Conclui-se sobre a necessidade de intensificar a articulação entre os diversos níveis de governo para a implementação de políticas públicas mais eficazes, bem com a qualificação contínua de profissionais, a criação de protocolos de atendimento padronizados e a ampliação de serviços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a criação de espaços de diálogo e denúncia.

Palavras-chave: violência contra idosos; políticas públicas; revisão narrativa; envelhecimento; saúde do idoso.





CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E FAMILIARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS NOS REGISTROS DE UM CONSELHO TUTELAR EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO

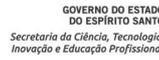
MARIA VITÓRIA BERTOLANI DE OLIVEIRA¹; THIAGO SANDRINI MANSUR¹

1 - Faculdade América, Cachoeiro de Itapemirim – ES, Brasil

As violências contra crianças e adolescentes são problemas complexos e multifacetados que acarretam diversos prejuízos no desenvolvimento e na saúde das vítimas, podendo repercutir ao longo de toda sua vida. Diante disso, realizou-se um estudo de caso com o objetivo de descrever as características pessoais e familiares de crianças e adolescentes vítimas de violências, com base nos registros de denúncias recebidas pelo Conselho Tutelar, entre os anos de 2020 e 2023, em um município no interior do estado do Espírito Santo. O estudo foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisas (CAAE nº 80116524.0.0000.8095) e seguiu todas as normas éticas, garantindo o sigilo e o anonimato das informações. Os dados foram coletados nos arquivos do Conselho Tutelar e organizados em uma planilha eletrônica. A análise dos dados se deu através da análise de conteúdo e os resultados foram distribuídos em quatro categorias: caracterização das denúncias, caracterização das vítimas, caracterização dos suspeitos e respostas do Conselho Tutelar. Foram encontrados 173 registros de denúncias e 255 vítimas durante os quatro anos analisados, indicando haver mais de uma vítima para cada registro de denúncia, bem como vítimas que sofreram mais de um tipo de violência. O local de ocorrência das violências mais frequente foi o domicílio das vítimas (152), e o de recebimento das denúncias foi o Disque 100/181 (99). Os tipos de violências identificadas foram: negligência (135), física (132), psicológica (123), sexual (31) e autoprovocada (5). Em relação às características das vítimas, 123 eram do sexo feminino e 116 do sexo masculino, enquanto que não havia identificação em 16 delas. Por outro lado, não foram encontradas informações sobre raça/etnia em praticamente metade das vítimas (122). Das identificadas, 59 eram pardas, 59 brancas e 15 pretas. No que diz respeito à faixa etária, 97 vítimas tinham de zero a seis anos, 61 de sete a 11 anos, e 80 de 12 a 17 anos. Em relação aos suspeitos, 139 eram as próprias mães e 82 eram os pais das vítimas. Além disso, 66 eram parentes com outros vínculos familiares (padrasto/madrasta, avôs/ós, etc.) e apenas 44 não tinham qualquer parentesco com as vítimas. As respostas do Conselho Tutelar, na maioria das vezes, restringiram-se a averiguar a procedência ou improcedência das denúncias, com poucos acionamentos da rede de proteção. Nos quatro anos analisados foram encontrados registros de apenas 10 encaminhamentos das vítimas para a assistência social, 10 para o sistema de justiça e sete para os serviços de saúde e/ou saúde mental do município. Em linhas gerais, conclui-se que o domicílio muitas vezes representa fator de risco à saúde das crianças e adolescentes, e que os familiares, ao invés de protegê-las, são seus principais agressores. Por fim, as respostas do Conselho Tutelar mostraram-se insuficientes, sobretudo no que diz respeito à linha de cuidados em saúde que deveria ser acionada. Estes achados são preocupantes, haja vista que muitos fenômenos que ocorrem na infância e adolescência tendem a influenciar sua saúde física e mental ao longo de toda a vida.

Palavras-chave: criança; adolescente; violência; saúde; Conselho Tutelar.





COMPORTAMENTO ALIMENTAR E VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA EM MULHERES: ESTUDO EM CAPITAL BRASILEIRA

NATHÁLIA MIGUEL TEIXEIRA SANTANA¹; FRANCIELE MARABOTTI COSTA LEITE¹

1 - Departamento de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória –ES, Brasil.

Introdução: O comportamento alimentar refere-se à forma como o indivíduo se alimenta diante das situações e emoções vivenciadas. Fatores emocionais, especialmente os negativos, como estresse e ansiedade, podem desregular esse comportamento. A violência por parceiro íntimo (VPI) é um reconhecido problema de saúde pública, com impactos diversos sobre as vítimas. **Objetivos:** Analisar a associação entre a vivência de VPI ao longo da vida e os comportamentos alimentares em mulheres. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, de base populacional, realizado na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Foram incluídas mulheres com idade ≥ 18 anos. Para a identificação dos padrões de comportamento alimentar, foi aplicado, na íntegra, o questionário *The Three-Factor Eating Questionnaire –reduzido (TFEQ-R21)*, traduzido e validado para uso em mulheres brasileiras. Esse instrumento contém 21 perguntas fechadas destinadas a identificar e classificar em escores os comportamentos alimentares de restrição cognitiva (RC), alimentação emocional (AE) e descontrole alimentar (DA). Para avaliar a VPI ao longo da vida, utilizou-se o instrumento *World Health Organization Violence Against Women*, que permite discriminar a ocorrência geral e os tipos de violência contra a mulher nos domínios psicológico, físico e sexual. O teste *t* de Student foi empregado para comparar as médias dos escores entre os grupos categorizados pela presença ou ausência de violência. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (protocolo nº4.974.080). As análises estatísticas foram realizadas no software Stata 14.0. **Resultados:** Mulheres que relataram ter vivenciado violência psicológica ao longo da vida apresentaram médias de escores significativamente maiores nos comportamentos alimentares de DA (23,77; DP=23,48) em comparação com aquelas que não relataram essa vivência (16,22; DP=20,15; IC95%: -10,15; -4,95; $p < 0,001$). O mesmo foi observado para AE, com médias de 32,59 (DP=33,19) e 22,61 (DP=29,43) (IC95%: -13,70; -6,24; $p < 0,001$). Os escores de DA e AE também foram significativamente maiores ($p < 0,001$) entre aquelas expostas à violência física (DA: 24,42; DP=24,43 vs. 17,99; DP=20,91; AE: 33,67; DP=34,09 vs. 24,87; DP=30,35). Da mesma forma, a exposição à violência sexual esteve associada a escores mais altos em DA e AE (DA: 25,43; DP=22,94 vs. 18,43; DP=21,66; IC95%: -10,45; -3,55; $p < 0,001$; AE: 33,07; DP=32,24 vs. 25,89; DP=31,30; IC95%: -12,14; -2,22; $p = 0,004$). O escore de RC não apresentou diferenças significativas entre os grupos, independentemente do tipo de violência. **Conclusão:** Mulheres que relataram ter sofrido violência psicológica, física e sexual apresentaram escores mais elevados nos comportamentos alimentares de DA e AE, sugerindo um impacto negativo da vivência de violência no comportamento alimentar.

Palavras-chave: violência contra a mulher; comportamento alimentar; violência por parceiro íntimo.

A pesquisa é oriunda de um estudo maior intitulado violência contra as mulheres residentes em Vitória, Espírito Santo, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESANº09/2020–PPSUS, sob coordenação da Profa. Dra. Franciele Marabotti Costa Leite.





COMPORTAMENTO AUTOLESIVO NA ADOLESCÊNCIA: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA BIOECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER

Neila de Oliveira Cabral¹; Daniela Vieira Malta¹; Dherik Fraga Santos²; Eliane Maura Littig Milhomem de Freitas³

1 - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES, Brasil

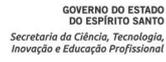
2 - Universidade Federal de Catalão. Catalão-GO. Brasil

3 - Faculdade Unida de Vitória. Vitória-ES, Brasil

O comportamento autolesivo (CAL) em adolescentes é reconhecido globalmente como um grave problema de saúde pública que demanda atenção constante, por estar associado a doenças psiquiátricas e maior probabilidade de suicídio futuro. Identificar os fatores de risco e proteção é fundamental para conter o avanço desse fenômeno e desenvolver estratégias de enfrentamento mais eficazes. Além disso, compreender os vários aspectos biopsicossociais que influenciam a manutenção desse tipo de violência autoprovocada pode ser de extrema importância para a sua prevenção e combate. Objetivo: descrever alguns fatores de risco e proteção que influenciam o CAL em adolescentes, baseando-se na teoria bioecológica de Bronfenbrenner, que considera as interações complexas entre diferentes sistemas ambientais. Metodologia: pesquisa reflexiva, fundamentada em diálogos com obras de diversos autores, incluindo Assis, Moreira e Fornasier (2021), Silveira et al. (2009), e Sifuentes, Dessen e Oliveira (2007). As reflexões serão apresentadas em duas categorias principais: a primeira aborda a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner; a segunda se subdivide em Fatores de risco e Fatores de proteção para o comportamento autolesivo, conforme os contextos Micro, Meso, Exo e Macrossistema. Resultados: Os resultados sugerem que a perspectiva ecológica não apenas amplia nossa compreensão do conhecimento acerca da autolesão, mas também aponta para a necessidade de intervenções multifacetadas que abordem simultaneamente os diversos níveis do ambiente social e cultural do adolescente. Considerações: A análise reflexiva dos resultados revela a complexidade e a multidimensionalidade deste fenômeno, evidenciando a interconexão entre os sistemas micro, meso, exo e macrossistêmicos na vida dos adolescentes. Sendo assim, este estudo reforça a importância de uma abordagem contextualizada e multissistêmica para compreender e abordar a autolesão em adolescentes. Conclui-se que esta abordagem é crucial para promover a saúde mental e o bem-estar dos jovens afetados, ressaltando a importância de intervenções precoces e adequadas.

Palavras-chave: autolesão; adolescência; fatores de risco e proteção; teoria bioecológica.





“PAREM DE NOS MATAR”: GEOGRAFIA DE VIOLÊNCIA E MORTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA-RMGV

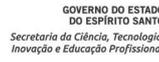
WESLEY CÂNDIDO ZINEK¹

1 - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, Brasil.

Introdução: O presente resumo é parte da pesquisa de dissertação do autor, desenvolvida no Departamento de Geografia da UFES e defendida no ano de 2023. A partir de uma trajetória de militância e atuação profissional do autor junto à população em situação de rua, o fenômeno da violência e da morte contra este segmento populacional foi o motivo principal da investigação. Os eventos extremamente violentos e mortais serviram como inflexão para os contextos espaço-temporais que envolvem tal fenômeno nas principais metrópoles das sociedades capitalistas, tendo como recorte analítico a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). **Objetivos:** Pesquisar, geograficamente, as dinâmicas de violência e morte que, cotidianamente, essa população é exposta, bem como suas estratégias de sobrevivência socioespaciais nos espaços públicos da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e empírica. Após o levantamento de todo um arcabouço teórico da geografia, com a ideia da biopolítica foucaultiana, e seus desdobramentos, sobretudo a necropolítica, as análises teórico-metodológicas partem do diálogo teórico, com os relatos no trabalho de campo, a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas com homens, maiores de 18 anos, em situação de rua nos espaços públicos da RMGV. **Resultados:** Os resultados da pesquisa apontam para uma dinâmica de violência e morte que participa cotidianamente deste grupo populacional. Essas violências podem ter motivações variadas, e infringidas por diversos meios, tais como: insatisfação de comerciantes ou domiciliados pela presença do público em suas mediações; conflitos intragrúpicos por disputa de territórios ou pertences; poder público com o intuito de higienismo urbano e agentes de segurança como uma forma de perpetuação da criminalização da pobreza e do racismo. **Considerações finais:** A pesquisa aponta para um quadro de violência e morte generalizada sobre a população “em situação” de rua que, de forma espaço-temporal, carrega marcas do período colonial escravocrata com desdobramentos no racismo contemporâneo. Assim como a questão racial que se caracteriza como base fundante no processo de formação das sociedades capitalistas, tal fenômeno também é produto de uma lógica de desigualdade social e suas expressões na sociedade capitalista.

Palavras-chave: população em situação de rua; necropolítica; racismo; espaço.





PERFIL DOS ÓBITOS POR SUICÍDIO NO ESPÍRITO SANTO ENTRE 2019 A 2024

LETICIA PEISINO BULERIANO¹; EDLEUSA GOMES FERREIRA CUPERTINO²

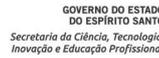
1 - Residente do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Ensino Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (ICEPi), Vitória - ES, Brasil

2 - Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo e Referência Técnica de Causas Externas na Secretaria de Saúde do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil.

Introdução: O suicídio é um importante problema de saúde pública mundial e responsável por mais de 700 mil mortes por ano em todo o mundo (WHO, 2021). Os óbitos por suicídio aumentaram 42% no Brasil, entre os anos de 2010 e 2021. No país, 15.507 pessoas morreram em 2021, com uma taxa de 7,5 óbitos a cada 100 mil habitantes (Brasil, 2024). No Espírito Santo, a taxa de mortalidade passou de 4,2 a cada 100mil/habitantes em 2008 para 5,82 em 2018 (Espírito Santo, 2019). **Objetivo:** Apresentar o perfil dos óbitos por suicídios no Espírito Santo, Brasil, entre os anos de 2019 e 2024. **Método:** Estudo descritivo dos óbitos por suicídio no Espírito Santo, Brasil, entre 2019 a 2024. Utilizou-se dados secundários do Sistema de Mortalidade do Tabnet/ES, apenas os casos que tiveram como causa básica do óbito a lesão autoprovocada pela CID-10, entre o X60 a X84. Para cálculo de taxa de mortalidade utilizou-se dados populacionais do IBGE. **Resultados:** 1.621 pessoas foram a óbito por suicídio no Espírito Santo no período analisado, representando 7,24% das mortes por causas externas. A taxa média de mortalidade por suicídio foi de 7,05 óbitos por 100 mil habitantes, com aumento de 3,85% de 2019 para 2024. Ao analisar a faixa etária, houve maior prevalência de adultos entre 30 a 59 anos em todos os anos analisados, representando 58,98% (N=956) do total de registros da série histórica. Em segundo lugar está a faixa etária de 15 a 29 anos, que concentrou 24,61% (N=399) das notificações. Em terceiro, idosos entre 60 e 79 anos, com 14,25% (N=231). Destaca-se ainda uma média anual de 3,67 óbitos por suicídio em pessoas acima de 80 anos. No que tange ao sexo, a maior parte dos óbitos ocorreram em pessoas do sexo masculino, com 73,41% (N=1.190) dos registros, enquanto do feminino 26,59% (N=431). A taxa média de mortalidade para o sexo masculino foi de 10,61 óbitos a cada 100 mil habitantes, já para o feminino foi de 3,66 a cada 100 mil habitantes. No que tange a raça/cor, observa-se maior proporção de óbitos em pessoas negras (pretos e pardos) em todos os anos analisados e no total de registros, com 59,35% (N=962). Em segundo lugar, brancos com 32,63% (N=529), seguido por não informados 7,83% (N=127) e apenas dois casos em pessoas indígenas em toda a série histórica. Em relação aos meios utilizados, em primeiro lugar está a lesão autoprovocada por enforcamento, com 59,16% (N=959), seguida do uso de medicamentos 9,38% (N=152), precipitação de local elevado com 6,97% (N=113), lesão por arma de fogo 6,17 (N=100) e em quinto lugar por meios não especificados 5,49 (N=89). Todas as demais causas representam 12,83% (N=208) do total de registros. **Conclusão:** Os óbitos por suicídio estão aumentando ao longo dos anos no Espírito Santo e o enfrentamento deste agravo exige articulação de diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, o conhecimento do perfil de mortalidade permite a proposições de ações voltada para todos os públicos, mas com ênfase nos mais vulneráveis.

Palavras-chave: mortalidade; suicídio; epidemiologia descritiva.





PERSPECTIVAS DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS DO CREPOP

Dilcineia Souza Bragança¹; Welington Serra Lazarini²; Flávia Batista Portugal²; Thiago Rodrigues de Amorim³

1 - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil.

2 - Departamento de Enfermagem Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil.

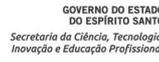
3 - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Brasília/ DF, Brasil.

Apresentação/Introdução: O conceito de violência vem sendo discutido e ampliado por diferentes disciplinas e áreas do conhecimento. Desde sua regulamentação em 1962, a psicologia expandiu sua atuação, especialmente com a redemocratização do Brasil, contribuindo para políticas sociais e de direitos humanos e tem se aprofundado na discussão e intervenção sobre violências. O Sistema Conselhos de Psicologia enfatiza a importância desse trabalho, alinhado aos princípios éticos da profissão, visando à promoção da saúde e à erradicação da violência (CFP, 2005; BARROS; BENICIO; BICALHO, 2019; GUZZO; SOLIGO; SILVA, 2022). Apesar do crescimento da profissão, os desafios na formação de psicólogos para atuação nas políticas públicas ainda estão presentes e em função deste cenário, foi criado em 2006 o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Objetivo:** Analisar as principais perspectivas, direcionamentos e possibilidades das práticas psicológicas voltadas à prevenção das violências e à promoção da saúde, conforme as Referências Técnicas elaboradas pelo Crepop. **Metodologia:** A pesquisa, de caráter documental e descritivo-exploratório, utilizou abordagem quanti-qualitativa, com apoio do software Iramuteq para análise textual. Foram examinadas dez publicações do Crepop, produzidas entre 2017 e 2024, abordando contextos como saúde pública, relações raciais, violência contra mulheres, crianças e adolescentes, e atendimento a populações LGBTQIA+ e indígenas. **Resultados:** Os resultados indicaram que as Referências Técnicas apresentam uma abordagem interdisciplinar e ética, integrando dimensões sociais, históricas e políticas da violência para orientar práticas profissionais alinhadas aos direitos humanos e à diversidade. A análise de similitude identificou comunidades lexicais que destacam conceitos-chave, como ação, social, gênero e proteção, evidenciando as conexões entre os diferentes níveis de prevenção e o papel do psicólogo em contextos diversos. As análises estatísticas e o dendrograma gerado pelo método de Classificação Hierárquica Descendente demonstraram que as publicações se estruturam em classes que incluem contextualização, objetivos, especificidades e ações práticas. A análise de conteúdo realizada a partir das classes destacou as possibilidades de práticas e reflexões sobre a atuação de psicólogos relacionada a violência e a promoção da saúde e também apontou desafios relacionados à prática e a formação profissional. **Conclusões/Considerações:** As Referências Técnicas do Crepop desempenham um papel central no fortalecimento da atuação profissional em políticas públicas, contribuindo para a sistematização de práticas éticas e efetivas de prevenção e enfrentamento das violências. Ao mesmo tempo, reforçam o compromisso da psicologia com a promoção da saúde e a justiça social. Sugere-se a continuidade de estudos sobre a implementação dessas práticas e o fomento ao diálogo entre instituições de ensino e prática profissional.

Palavras-chave: Crepop; referências técnicas; violência; prevenção; promoção da saúde.

Fonte(s) de financiamento: O artigo contou com financiamento próprio.





PREVALÊNCIA DE ADVERSIDADES NA INFÂNCIA ENTRE ADOLESCENTES LGBT+: UM ESTUDO TRANSVERSAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

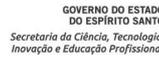
Micael Franco Alves¹; Franciele Marabotti Costa Leite¹

1 - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

Introdução: O estudo analisa a prevalência de adversidades na infância entre adolescentes autodeclarados LGBT+ na Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo. As adversidades na infância, como abuso emocional, físico e sexual, têm impactos negativos no desenvolvimento psicológico e social, especialmente em populações vulneráveis, como a LGBT+, que enfrenta desafios adicionais como rejeição familiar e discriminação. **Objetivos:** O objetivo do estudo foi identificar as prevalências de adversidades na infância entre escolares autodeclarados LGBT+, visando fornecer subsídios para políticas públicas e programas de suporte voltados à proteção e ao bem-estar dessa população. **Metodologia:** Realizou-se um estudo transversal descritivo, com dados coletados em 63 escolas públicas e privadas, por meio de questionários eletrônicos autoaplicáveis. A amostra foi composta por 949 adolescentes LGBT+ com idades entre 14 e 19 anos. Utilizou-se o Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância (EAIQI), adaptado para o Brasil, para avaliar as adversidades. As análises estatísticas incluíram frequências absolutas, relativas e intervalos de confiança de 95%. **Resultados:** Os resultados revelaram altas prevalências de abuso emocional (78,6%), físico (55,2%) e sexual (49,8%). A exposição à violência foi significativa tanto no ambiente domiciliar quanto na comunidade, com 45,1% dos adolescentes relatando terem presenciado espancamentos fora de casa e 21,2% convivendo com alguém que já foi preso. Além disso, 39,8% dos adolescentes moraram com alguém que sofria de depressão ou tinha intenção suicida. **Conclusão:** Os achados destacam a vulnerabilidade dos adolescentes LGBT+ e a necessidade de políticas públicas e programas de suporte psicossocial para mitigar os impactos das adversidades na infância. A escola deve ser fortalecida como um espaço seguro e acolhedor para essa população. O estudo contribui para a ampliação do conhecimento sobre as adversidades enfrentadas por adolescentes LGBT+ no Brasil, fornecendo evidências para a formulação de políticas baseadas em evidências.

Palavras-chave: adolescentes; violência; pessoas LGBT; experiências adversas na infância; saúde mental.





QUALIDADE DE VIDA E VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO CONTRA MULHERES EM VITÓRIA, ESPIRITO SANTO

FERNANDA GARCIA GABIRA MIGUEZ¹; FRANCIÉLE MARABOTTI COSTA LEITE¹

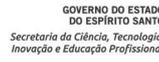
1 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil.

Apresentação/Introdução: A violência contra a mulher, ocasionada pelo parceiro íntimo é uma violação que vem ocorrendo no mundo inteiro, sendo que uma a cada quatro mulheres são vítimas de diferentes formas de violência, seja física, sexual ou psicológica, conforme demonstra as estatísticas mais recentes da Organização Mundial da Saúde, o que torna a violência por parceiro íntimo (VPI) uma das maiores violações de direitos humanos e um grave problema de saúde global. A VPI afeta o bem-estar da mulher, bem como sua autopercepção de saúde, seja ela física e/ou psicológica, bem como suas crenças pessoais, seu contexto de vida, seus valores, expectativas e sua funcionalidade como ser humano. Essas questões, são amplamente discutidas como Qualidade de Vida (QV), uma vez que permite lidar com a complexidade dos elementos positivos e negativos da existência do indivíduo diante circunstâncias de sua vida. Entender como a VPI afeta a QV da mulher é entender como o ambiente hostil e inseguro afeta a integridade física e mental da vítima. II. **Objetivos:** verificar a associação entre a qualidade de vida e a exposição a VPI entre mulheres residentes no município de Vitória, Espírito Santo. **Metodologia:** Estudo transversal, de base populacional, domiciliar, realizado entre janeiro e maio de 2022, no município de Vitória, capital do Espírito Santo. Amostra de 1086 mulheres com idade entre 18 anos ou mais que tinham ou tiveram parceiro íntimo. Tendo como desfecho a QV avaliada pelo Short Form Health Survey (SF-36) a partir dos dois resumos dos componentes principais, o físico (RCF) e o mental (RCM). A VPI avaliada pelo instrumento WHO VAW STUDY, ao longo da vida e durante a pandemia de covid-19. Dados sociodemográficos foram: faixa-etária, raça-cor, escolaridade, renda familiar por tercil, situação conjugal e trabalho remunerado. Os dados foram avaliados mediante mediana e intervalo interquartil, teste Mann-Whitney e por modelos de regressão quantílicas bruta e ajustadas com bootstrap para o intervalo de confiança de 95%. **Resultados:** As vítimas de VPI ao longo da vida e durante a pandemia de covid-19 obtiveram mediana mais baixas em todos os subdomínios da QV, exceto para a vitalidade na ocorrência de violência sexual e no RCM. Sendo que a ocorrência de VPI psicológica afetou todos os percentis avaliados reduzindo a QV. **Conclusões/Considerações:** a VPI ao longo da vida e durante a pandemia seja ela física, sexual ou psicológica, reduz a QV avaliada pelo RCM e RCF.

Palavras-chave: violência contra a mulher; violência por parceiro íntimo; exposição à violência;

Financiamento: A pesquisa é oriunda de um estudo maior intitulado violência contra a mulheres residentes em Vitória, Espírito Santo, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 – PPSUS, sob coordenação da Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite.





RASTREIO DA VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: DADOS DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO

LUIZA EDUARDA PORTES RIBEIRO¹; LORRANIA RODRIGUES DE SOUZA FARIAS²

1 - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Referência Técnica da Violência do município de Vila Velha, Brasil;

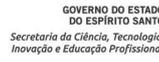
2 - Referência Técnica da Violência do município de Vila Velha, Brasil.

Apresentação/Introdução: A vigilância epidemiológica se incorpora dentro da vigilância em saúde com um importante papel de rastreamento de doenças e agravos relacionados à saúde promovendo ações de promoção e prevenção. A partir da Portaria nº 104 de janeiro de 2011 incorporou as violências interpessoais e autoprovocadas como agravos de notificação compulsória por todos os serviços de saúde no Brasil. Para medida de rastreamento epidemiológico a partir de notificação considera-se como violência autoprovocada todos os casos de autoagressões e as tentativas de suicídio. Inúmeras são causas que podem levar o indivíduo a tentar contra a sua própria vida, incluindo causas relacionadas a fatores biológicos, relacionais e sociais, trazendo a importância de se identificar o perfil das vítimas.

Objetivos: Descrever os dados da violência autoprovocada no município de Vila Velha, ES, no ano de 2024 de acordo com as características da vítima e da agressão. **Metodologia:** Estudo epidemiológico descritivo, referente às notificações de violência autoprovocada de residentes do município de Vila Velha realizadas entre janeiro a dezembro de 2024 a partir do banco de dados da Vigilância Epidemiológica do município de Vila Velha por meio do sistema ESUS VS utilizado no estado do Espírito Santo. As notificações de violência autoprovocada a partir da lei estadual nº 11.147/2020 devem ser realizadas pelos estabelecimentos de saúde e ensino públicos e privados, estabelecimentos de assistência social, de ensino e conselhos tutelares. As características da vítima avaliadas foram: faixa etária, sexo, raça/cor de pele, deficiência e região de saúde de residência da vítima, e quanto às características do evento foram avaliadas: meio de agressão, local de ocorrência, uso de álcool e tipo de unidade notificadora. Para a análise da frequência bruta foi utilizado o programa Excel. **Resultados:** No ano de 2024 o município de Vila Velha registrou 790 casos de violência autoprovocada, correspondendo à cerca de 35% de todas as notificações recebidas no município (N total: 2.273). Na maior parte dos casos as vítimas eram do sexo feminino (76,4%), da faixa etária adulta (61,6%), da cor parda (57,2%) e tinham algum tipo de deficiência ou transtorno (46,2%). Quanto à residência das vítimas, os casos se concentraram na Região 01 do município. Em relação ao evento, o principal meio de agressão foi o envenenamento (68,3%) e em 85,7% dos casos a tentativa ocorreu na residência. A maior parte dos casos não fez uso de álcool (51,6%) e a maior fonte de notificação foram os estabelecimentos de saúde (87,9%). **Conclusões/Considerações:** Os resultados apontam as principais vulnerabilidades das vítimas de violência autoprovocada no município de Vila Velha e podem funcionar como subsídios para a elaboração de estratégias de prevenção e promoção de saúde que possam fortalecer a saúde mental e fortalecer a rede de atendimento às pessoas em sofrimento no município.

Palavras-chave: vigilância em saúde pública; violência; tentativa de suicídio.





RELAÇÕES ENTRE BULLYING E SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

THIAGO SANDRINI MANSUR¹; FLÁVIA BATISTA PORTUGAL²

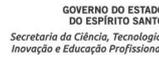
1 - Coordenadoria Geral de Assistência à Comunidade, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim – ES, Brasil

2 - Departamento de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

Bullying é uma relação de violência entre pares caracterizada pelo desequilíbrio de poder ou força, em que um agressor, sem motivação aparente, age intencional e repetitivamente ao longo do tempo, a fim de causar dano ou sofrimento à vítima. Trata-se de um fenômeno muito comum durante a infância e adolescência, acontecendo predominantemente no contexto escolar. No Brasil, estima-se que atualmente cerca de 10 a 25% dos estudantes do ensino fundamental e médio estejam envolvidos com bullying, na condição de vítima ou de agressor. Considerando sua magnitude e características, acredita-se que o bullying possa gerar repercussões negativas na saúde mental dos escolares. Neste sentido, o presente estudo consiste em uma revisão de literatura que teve como objetivo geral analisar a produção científica sobre as relações entre bullying escolar e saúde mental de estudantes do ensino fundamental e médio, no contexto educacional brasileiro. Para tanto, consultaram-se três bases de dados (Portal Periódicos Capes, SciELO e Coleção LILACS Plus do Portal Regional da BVS). Com base nos descritores bullying AND escola AND saúde mental, encontraram-se 261 títulos potencialmente relevantes, os quais foram extraídos para o gerenciador bibliográfico Zotero, e posteriormente para uma planilha do MS Excel. Após a retirada dos títulos duplicados e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, 24 artigos compuseram o corpus desta pesquisa. Estes artigos foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados dos estudos incluídos nesta revisão indicaram que o bullying impacta negativamente em uma ampla gama de emoções e sentimentos, e produz diversos efeitos negativos, especialmente em vítimas e agressores. Assim, as vivências de quem se envolveu com bullying foram marcadas por um histórico pregresso de experiências adversas na infância e por violências sofridas, também, dentro do contexto familiar. Relatos de solidão e ausência de amigos foram frequentes nos discursos desses sujeitos, assim como emoções e sentimentos de tristeza, medo, vergonha, raiva, culpa, impotência e humilhação. Em relação aos comportamentos, crianças e adolescentes que passaram por bullying manifestaram maiores chances de se envolver com situações de risco, tais como ideações e tentativas de suicídio. Além disso, foram encontradas associações entre bullying e maior insatisfação com a vida e sintomas mais severos de estresse, depressão, ansiedade e insônia. Também foram encontradas associações deste fenômeno com a diminuição da autoestima e do bem-estar, e piora na qualidade de vida. Em linhas gerais, os artigos analisados demonstraram que o bullying escolar é um fenômeno de violência bastante frequente e impactante, devendo ser investigado e prevenido não somente no contexto educacional, mas também no ambiente familiar. Estes resultados demonstraram, ainda, a necessidade de se promover a saúde e o cuidado desses sujeitos, sobretudo porque estão em fase de desenvolvimento biopsicossocial. Assim sendo, é de extrema relevância que sejam implementadas e fortalecidas políticas públicas intersetoriais, abrangendo, em especial, os setores da saúde e educação, em colaboração com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: bullying; saúde mental; estudantes; escola; ensino fundamental e médio.





UM ESTUDO ACERCA DA VIOLÊNCIA ACOMETIDA CONTRA ENFERMEIROS EM SEUS AMBIENTES LABORAIS

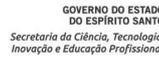
LUANA CRISTINA DE BARROS¹

1 - Superintendência de Educação a Distância, Universidade Federal do Espírito Santo, Vila Velha – ES, Brasil.

Introdução: A violência ocupacional contra enfermeiros é um problema complexo, multifacetado e crescente nos ambientes de saúde. Os profissionais estão expostos a agressões físicas, verbais e psicológicas, que comprometem tanto a sua saúde física e mental quanto a qualidade do atendimento prestado aos pacientes. Essa violência é particularmente prevalente em unidades de alta demanda, como hospitais e Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde a pressão nos atendimentos é intensa e constante. Além disso, a falta de políticas públicas eficazes e a escassez de medidas institucionais de proteção agravam ainda mais a situação. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é analisar as manifestações da violência ocupacional contra enfermeiros, identificar os fatores que contribuem para sua ocorrência e as estratégias enfrentamento descritas na literatura. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa, abrangendo artigos publicados entre 2014 e 2024, nas bases de dados SciELO e BVS. Utilizou-se os descritores "violência ocupacional", "enfermagem" e "ambiente de trabalho". Foram selecionados estudos que abordam diretamente a violência contra enfermeiros no Brasil, excluindo aqueles sem relação com o tema. **Resultados:** A violência verbal é a forma mais prevalente, sendo composta principalmente por insultos, xingamentos e ameaças de pacientes e acompanhantes. A violência física, embora menos frequente, é mais observada em unidades de emergência e serviços de saúde mental. Já a violência psicológica, caracterizada por assédio moral e pressões hierárquicas, tem grande impacto na saúde mental dos enfermeiros, levando a sintomas de estresse, ansiedade e desgaste emocional. Fatores como sobrecarga de trabalho, escassez de recursos, jornadas prolongadas e desvalorização profissional são frequentemente citados como gatilhos para esses episódios. As consequências para OS profissionais incluem síndrome de burnout, sintomas depressivos e, em alguns casos, a intenção de deixar a profissão. As principais estratégias de enfrentamento envolvem o fortalecimento do apoio entre colegas de trabalho, implementação de protocolos de segurança, apoio psicológico e treinamentos específicos. No entanto, muitos desses métodos ainda são subutilizados, devido à resistência organizacional e à falta de adesão tanto por parte dos gestores quanto dos profissionais. **Considerações:** A violência ocupacional contra enfermeiros é uma questão persistente que exige uma abordagem integrada e eficaz. As instituições de saúde devem implementar políticas de proteção que considerem a capacitação contínua dos profissionais, a criação de ambientes de trabalho seguros e a valorização da profissão. A implementação de campanhas educativas voltadas à comunidade e a ampliação das políticas públicas de saúde são essenciais para a conscientização sobre o respeito aos trabalhadores da saúde. O fortalecimento das estratégias de segurança e o apoio psicológico contínuo são fundamentais para mitigar os efeitos da violência e garantir a saúde dos enfermeiros, promovendo, assim, um atendimento de melhor qualidade aos pacientes.

Palavras-chave: violência ocupacional; enfermagem; ambiente de trabalho; saúde do trabalhador; prevenção.





VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES IDOSAS LONGEVAS NO ÚLTIMO ANO: DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019

BRUNA VENTURIN¹; EUGÊNIA PORTES²; LUIZ AUGUSTO FACCHINI¹

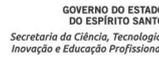
1 - Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

2 - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

Apresentação/Introdução: A violência é um grave problema de saúde pública e fere os direitos humanos e a dignidade, principalmente das mulheres. A prevalência de violência contra a pessoa idosa varia entre 1,6% a 20,2%, sendo mais frequente entre as mulheres (RIBEIRO et al., 2021) e, em geral, está associada a desfechos negativos à saúde física e mental. Portanto, a ocorrência de tal fenômeno gera uma preocupação significativa e exige estratégias e políticas públicas eficazes para seu enfrentamento e prevenção. **Objetivo:** Identificar a prevalência de violência (geral, psicológica, física e sexual) no último ano entre as idosas longevas (80 anos ou mais). **Métodos:** Trata-se de um estudo realizado com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, sob parecer no 3.529.376/2019. Na presente análise, incluímos somente os dados das mulheres de 80 anos ou mais, que responderam ao bloco V referente às perguntas de violência (psicológica, física e sexual no último ano). As análises estatísticas descritivas foram realizadas pelo programa R®, considerando os efeitos amostrais. **Resultados:** A análise da subamostra de mulheres idosas longevas que responderam ao módulo V do questionário incluiu 1803 participantes, com a prevalência de violência geral no último ano sendo de 6,1% (IC95% 4,5-8,1). Dentre as formas de violência, a violência psicológica foi a mais frequente, afetando 6,0% (IC95% 4,4-8,0) das mulheres idosas longevas. A violência física foi reportada por 0,7% (IC95% 0,2-1,9), enquanto a violência sexual teve uma prevalência de 0,2% (IC95% 0,0-1,5). **Conclusão:** A prevalência de violência no último ano entre as idosas longevas é alarmante. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas para proteção e prevenção do fenômeno, promovendo sua saúde e bem-estar para garantir um envelhecimento saudável, seguro e digno para essa população.

Palavras-chave: Violência; Abuso de Idosos; Idoso; Idoso longevo; Estudos Transversais.





VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS LONGEVOS NO ÚLTIMO ANO: DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019

BRUNA VENTURIN¹; EUGÊNIA PORTES²; LUIZ AUGUSTO FACCHINI¹

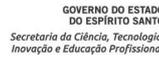
1 - Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

2 - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

Apresentação/Introdução: Os indivíduos com 80 anos ou mais são considerados idosos longevos (NAVARRO et al., 2015). A violência contra o idoso é um fenômeno complexo e multifacetado, estudo de revisão mostra que a sua prevalência varia entre 1,6% a 20,2% (RIBEIRO et al., 2021) e, em geral, está associada a desfechos negativos à saúde física e mental. Portanto, representam uma preocupação significativa para a saúde coletiva, exigindo estratégias e políticas públicas eficazes para a prevenção e o enfrentamento da ocorrência. **Objetivo:** Identificar a prevalência de violência (geral, psicológica, física e sexual) no último ano entre os idosos longevos (80 anos ou mais). **Métodos:** Trata-se de um estudo realizado com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, sob parecer no 3.529.376/2019. Na presente análise, incluímos somente os dados de informantes de 80 anos ou mais (homens e mulheres), que responderam ao bloco V referente às perguntas de violência (psicológica, física e sexual no último ano). As análises estatísticas descritivas foram realizadas pelo programa R®, considerando os efeitos amostrais. **Resultados:** A análise da subamostra de idosos longevos que responderam ao módulo V do questionário incluiu 3016 indivíduos, revelando a prevalência de diferentes formas de violência no último ano. A violência geral foi observada em 6,1% (IC95% 4,8-7,7) dos participantes. Dentre as modalidades, a violência psicológica apresentou uma prevalência de 5,8% (IC95% 4,6-7,4), com 50,3% dos casos ocorrendo algumas vezes, e 25,5% dos agressores sendo pessoas desconhecidas. A residência foi o local predominante das ocorrências (65,8%). A violência física afetou 1,0% (IC95% 0,6-1,7) da amostra, sendo a maioria dos episódios registrada como única ocorrência (84,5%), com 72,8% dos agressores sendo desconhecidos e 52,2% das ocorrências ocorrendo no ambiente domiciliar. A violência sexual foi reportada por somente 0,2% (IC95% 0,0-0,8) dos participantes. **Conclusão:** A prevalência de violência no último ano entre os idosos longevos é preocupante. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas para proteção e prevenção de violência contra os idosos longevos, promovendo sua saúde e bem-estar para garantir um envelhecimento saudável, seguro e digno para essa população.

Palavras-chave: violência; abuso de idosos; idoso; idoso longevo; estudos transversais.





VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA POPULAÇÃO TRANS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

SELMA TAVARES MAIA CAETANO¹; MÁRCIA REGINA DE OLIVEIRA PEDROSO²

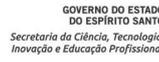
1 - Hospital Estadual Doutor Dório Silva, Secretaria Estadual da Saúde- SESA, Serra-ES, Brasil

2 - Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá-SC, Brasil

Apresentação/Introdução: A luta pela saúde da população LGBTQIAPNI+ iniciou-se ainda no século passado, culminando na criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis em 2011. No entanto, apesar da existência da política de saúde e de outras legislações de proteção e garantia de direitos, este grupo ainda sofre muitos preconceitos e violências nos serviços de saúde, inclusive cometidas pelos próprios profissionais, dificultando o seu acesso e a integralidade do cuidado. **Objetivos:** O objetivo deste trabalho é analisar como tem sido o acesso da população trans nos serviços de saúde, e como a abordagem nesses espaços vem contribuindo para a prevenção e o enfrentamento da violência transfóbica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura. Como critérios de inclusão utilizou-se artigos publicados em português entre os anos de 2018 a 2024. Utilizaram-se os descritores “transexualidade”, “transfobia e “saúde”, com buscas nos repositórios Capes, Scielo e Google Acadêmico. **Resultados:** Foram inseridos cinco artigos para o presente estudo, que trouxeram as visões de gestores, profissionais de saúde e usuários. Encontrou-se que nos espaços de saúde, principalmente na atenção básica, não acontece atendimento adequado, há violação de direitos, principalmente em relação ao uso do nome social, sendo a postura dos profissionais um fator que afasta os usuários dos serviços. Os gestores e os profissionais não possuíam ou possuíam pouco conhecimento acerca das legislações que visam a proteção e cuidados dessas pessoas. **Conclusões/Considerações:** Profissionais não capacitados, falta de recursos e vontade política dos gestores a compreensão da heterossexualidade como única forma de orientação sexual aceitável, são grandes obstáculos na garantia de acesso à saúde da população trans.

Palavras-chave: saúde; violência; LGBTQIAPN+; transfobia.





EXPOSIÇÃO A VIOLÊNCIA ASSOCIADA A SINTOMATOLOGIA DA DEPRESSÃO EM MULHERES

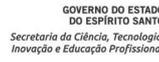
TIFFANI MATOS OLIVEIRA¹; FERNANDA GARCIA MIGUEZ¹; LAURA FONTES SILVA¹; FRANCIELE MARABOTTI COSTA LEITE¹

1 - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

Introdução: A depressão é um problema de saúde pública complexo e de múltiplas causas, que afeta diversos aspectos da vida, como personalidade, autonomia e relacionamentos. Seu surgimento pode estar relacionado a adversidades na infância, que impactam o desenvolvimento emocional e aumentam o risco de traumas e estresse na vida adulta. Além disso, há uma associação entre depressão e violência por parceiro íntimo, pois mulheres com sintomas depressivos tendem a aceitar parceiros com comportamentos violentos. **Objetivo:** verificar a associação entre a violência por parceiro íntimo e sintomatologia da depressão em mulheres na idade adulta. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional do tipo transversal, onde foram analisados os dados da pesquisa sobre Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo: Um estudo de base populacional, realizada no ano de 2022. Para o estudo, foi utilizado o Inventário de Depressão de Beck foi utilizado para mensurar as manifestações de depressão das mulheres, avaliação das adversidades na infância foi utilizado o Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância (EAI-QI), e para a avaliação da violência por parceiro íntimo o instrumento World Health Organization Violence Against Women (WHO VAW). As análises bivariadas foram realizadas pelo teste qui-quadrado de Pearson e as associações por meio da Regressão Logística. As análises estatísticas foram feitas pelo programa Stata 17. **Resultados:** A sintomatologia depressiva foi encontrada em aproximadamente 24% das mulheres, destas, quando associadas com as quatro formas de adversidades na infância, 34,6% apresentaram a sintomas depressivos. Foram encontrados em 39.1% das mulheres que tiveram a primeira relação sexual forçada. As mulheres que sofreram violência pelo parceiro durante ao longo da vida apresentaram 44,3% chances de apresentarem os sintomas depressivos. **Conclusões:** o estudo evidência o perfil das mulheres em relação a questões socioeconômicas e histórico de vida da mulher que sofrem violência por parceiro íntimo e sua relevância para a ocorrência da sintomatologia depressiva. Assim, destaca-se a necessidade de prevenção e promoção a saúde nesse público, tanto referente à saúde mental, quanto a violência.

Palavras-chave: Adversidades na infância; violência por parceiro íntimo; depressão; epidemiologia; mulher





EXPOSIÇÃO AS ADVERSIDADES NA INFÂNCIA ASSOCIADA A SINTOMATOLOGIA DA DEPRESSÃO EM MULHERES

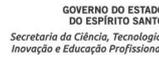
TIFFANI MATOS OLIVEIRA¹; FERNANDA GARCIA MIGUEZ¹; FRANCIELE MARABOTTI COSTA LEITE¹

1 - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

Introdução: A depressão é um sério problema de saúde pública, caracterizado por sua complexidade e múltiplas causas. Seu desenvolvimento pode estar ligado a diferentes fases da vida, especialmente aos primeiros anos e ao processo de crescimento. Crianças que enfrentam adversidades na infância podem desenvolver respostas alteradas a certas situações, resultando em traumas e estresse que aumentam o risco de depressão na vida adulta. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional do tipo transversal, onde foram analisados os dados da pesquisa sobre Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo: Um estudo de base populacional realizada no ano de 2022, com um total de 1.085 mulheres. O Inventário de Depressão de Beck foi utilizado para mensurar as manifestações de depressão das mulheres, e para a avaliação das experiências adversas o Questionário Internacional de Adversidades na Infância (ACE-IQ), utilizando os subdomínios agrupados em: negligência, abusos e conflitos familiares. As análises bivariadas foram realizados teste qui-quadrado de Pearson (χ^2), considerando significância estatística de 5%. E a associação entre as variáveis foi feita por meio da Regressão Logística e os seus respectivos intervalos de confiança (IC95%). As análises estatísticas foram realizadas pelo programa Stata 17. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, e aprovado por meio do parecer n° 2.819.597. **Resultados:** A sintomatologia depressiva foi encontrada em quase 24% e quando associadas com as adversidades na infância, nota-se que mulheres que sofreram quatro tipos de eventos adversos ao longo da vida apresentaram 38,7% mais prevalência da sintomatologia depressiva, em relação a associação entre a negligência houve maior frequência de sintomatologia depressiva 32,3%. Em relação aos abusos, as mulheres tiveram 2,64 mais chances de terem depressão. **Conclusões:** A frequência significativa da associação realizada alerta para a necessidade do olhar atento e o mais precocemente possível para a exposição de experiências adversas na infância e assim cuidar, intervir e evitar os efeitos a perpetuação dos efeitos na vida das mulheres

Palavras-chave: Adversidades na infância; depressão; epidemiologia; mulher





IDENTIFICAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS NO ATENDIMENTO CLÍNICO ODONTOLÓGICO E AS FERRAMENTAS QUE AUXILIAM O MANEJO DOS CASOS: REVISÃO DA LITERATURA

AMANDA CARDOSO BONNA GALVANI¹; LETICYA DOS SANTOS ALMEIDA NEGRI²; CAROLINA FONSECA DADALTO³; KARLIAN KERLEN SIMONELLI SOARES²; MARCELO LOUREIRO UCELLI⁴

1 - Discente de Pós-graduação em Prevenção às Violências, Promoção de Saúde e Cuidado Integral, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

2 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

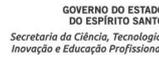
3 - Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

4 - Professor Mediador de Pós-graduação em Prevenção às Violências, Promoção de Saúde e Cuidado Integral, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

Apresentação/Introdução: A violência é um fenômeno de caráter social e histórico mundial, traduzindo-se como um problema para a área da saúde. A violência interpessoal ocorre na forma de violência familiar/por parceiro íntimo e violência comunitária. As maiores vítimas da violência interpessoal são crianças, adolescentes, idosos e pessoas do sexo feminino. As regiões de rosto e cabeça são as mais afetadas. Nesse sentido, o Cirurgião-Dentista (CD) possui papel fundamental no diagnóstico das lesões, pois este profissional atua diretamente nas regiões mais afetadas pelos agressores. Entretanto, apesar da importância deste profissional, muitos CDs têm dificuldades em realizar o manejo dos pacientes. **Objetivos:** O objetivo desta revisão é identificar e analisar publicações existentes na literatura sobre violência relacionada ao âmbito odontológico, e discutir o que os autores propõem ao atendimento clínico. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura a partir de bases de dados e repositórios como Scielo, Lilacs, Google Acadêmico. Foram incluídos demais materiais de produção nacional como manuais, protocolos, guias, resoluções e cartilhas que abordam a temática da violência na área da odontologia no intervalo do ano de publicação entre 2012 a 2024. **Resultados:** Essa revisão narrativa contou com 14 estudos. Verificou-se que a notificação dos casos não se constitui como uma cultura no âmbito da saúde, acarretando em uma subnotificação. A formação profissional é o ponto inicial para mudar essa problemática. Essa circunstância também pode ocorrer devido a carência de regulamentos que estabeleçam procedimentos técnicos. Analisando os códigos de ética observa-se que a identificação das violências e sua notificação não são explícitos como dever profissional em boa parte dos regulamentos. A consulta odontológica pode ser uma boa oportunidade de interromper um ciclo de violência já que o agressor pode não enxergar o dentista como uma ameaça. A agressão física é a mais simples de ser identificada pelo CD pois deixa marcas evidentes, porém um olhar atento pode também identificar sinais de violência sexual e negligência. Os materiais analisados fazem uma breve contextualização e definição das formas de violência que mais se apresentam no consultório, trazem o perfil de comportamento dos agressores e estratégias de educação popular. Porém somente um traz o passo a passo que deve ser seguido desde o exame clínico até a notificação do caso. **Conclusões/Considerações:** Urge a necessidade da elaboração de um manual técnico-científico ou um instrumento específico único em âmbito nacional voltado a categoria profissional odontológica para que haja uma investigação sistemática da violência aos públicos mais vulneráveis e uma capacitação precisa dos profissionais, melhorando a detecção precoce dos casos, facilitando o manejo e tratamento de lesões associadas, promovendo um suporte holístico aos pacientes e permitindo a articulação em rede.

Palavras-chave: Violência; Clínica Odontológica; Protocolo; Revisão de Literatura.





“TRISTE, LOUCA OU MÁ”: ARTICULAÇÕES ENTRE SAÚDE MENTAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ANNA CAROLINA NASCIMENTO DE ARAUJO¹

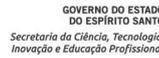
1 - Especialização em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral, Superintendência de Educação a Distância, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

A violência de gênero é um problema multifacetado que ocasiona vários impactos na saúde física e mental, sendo uma abordagem sempre desafiadora. No que tange ao escopo da saúde, os profissionais exercem um papel fundamental na identificação, notificação e prevenção dos casos de violência sofridos pelas pessoas atendidas nos serviços. Nesse estudo objetivou-se investigar a discussão sobre a inserção da violência contra as mulheres no campo da saúde mental, e como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) têm enfrentado essa questão nos processos de trabalho. Trata-se de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo selecionando artigos completos, gratuitos, online, em língua portuguesa, publicados nos últimos 15 anos nas bases de dados LILACS, SciELO e BVS, utilizando-se os descritores “violência contra a mulher” e “CAPS”. Assim, selecionaram-se 06 artigos dentre os 08 resultados alcançados. Na leitura e tabulação dos elementos de cada artigo, observou-se que o público majoritário dos serviços é composto por mulheres negras, pobres e de baixa escolaridade, que vivenciaram principalmente violência física, psicológica e sexual, perpetradas por autores do sexo masculino. Compareceram reduzidas amostras de mulheres trans, cujo acesso aos serviços tem aumentado. Verificou-se que o adoecimento psíquico feminino tem estreita correlação com a violência contra as mulheres e a repressão sexual ainda vigente. Nesse sentido, as intervenções das equipes dos CAPS têm sido insuficientes para lidar com os atravessamentos da violência contra a mulher, aliado à falta de integralidade nas ações e nos documentos relacionados às políticas para mulheres e saúde mental. Ademais, a elevada subnotificação dos casos pelas equipes relaciona-se à dificuldade dos profissionais em reconhecer as intersecções entre gênero e violência e suas manifestações. Na busca pelo cuidado, muitas mulheres em situação de violência vivenciam práticas nos serviços de cunho individualizante, moralista, adaptativo e medicalizante. Cuidar de mulheres passa por questionar o contexto societário e as formas de opressão vigentes, lutando assim por novas formas de ser, existir e também de sofrer. Assim, propõe-se novos estudos com uso da interseccionalidade como ferramenta analítica.

Palavras-chave: saúde mental; violência contra mulher; gênero; CAPS.

Fonte(s) de financiamento: A autora deste trabalho declara não haver fonte de financiamento.





O ASSÉDIO MORAL E ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES: UMA REVISÃO NARRATIVA

WALESCA DA PENHA FISCH¹; LUCIANA DE CASSIA NUNES NASCIMENTO²

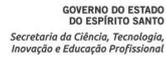
1 - Aluna do curso de Especialização em Prevenção às Violências, Promoção de Saúde e Cuidado Integral. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES. Brasil.

2 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES. Brasil.

Apresentação/Introdução: A violência no ambiente de trabalho é um tema complexo em sua conceituação, classificação e manejo pois envolve a identificação dos agressores e das vítimas, o reconhecimento e classificação dos tipos de violência. **Objetivo:** Compreender como a violência no trabalho, através do assédio moral contribui para o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa, utilizando as bases de dados Scielo e Medline. **Resultados:** Destaca-se como resultados que a violência no trabalho pode ser praticada entre todos os grupos do contexto laboral; é representado por atos de agressividade e humilhação e se caracteriza por seu aspecto sutil, se colocando no contexto de trabalho com invisibilidade, e para além disso sua invisibilidade social, pois não deixa marcas físicas. **Conclusão:** A violência no trabalho é um fator que contribui para o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras ao destacar os prejuízos causados à sua saúde mental.

Palavras-chave: assédio moral; saúde mental; adoecimento.

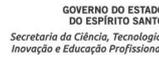




Trabalhos apresentados no evento:

MODALIDADE PÔSTER





A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EQUIPES DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINARES NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NOS TERMOS DA LEI 11.340/2006: REVISÃO DA LITERATURA

MARCIA GERALDA SALDANHA¹; JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA PIN²

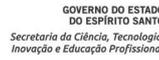
1 - Assistente Social, Superintendência de Educação a Distância, da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil

2 - Professor da Superintendência de Educação a Distância, da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil

A violência contra a mulher configura-se como uma problemática estrutural e de grande impacto social e sanitário. No Brasil, a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representou um avanço normativo significativo, instituindo mecanismos de proteção e prevenção contra essa violação de direitos. O Serviço Social emerge como um agente imprescindível nesse contexto, exercendo funções estratégicas de acolhimento, orientação e encaminhamento das vítimas às redes de assistência. As Equipes de Atendimento Multidisciplinar (EAM) desempenham papel essencial na oferta de suporte jurídico e psicossocial. Contudo, persistem desafios substanciais, como a insuficiência de recursos e a necessidade de uma coordenação interinstitucional mais robusta para fortalecer o enfrentamento dessa grave realidade. **Apresentação/Introdução:** A violência doméstica contra a mulher é um problema social e de saúde pública. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) propõe medidas para a prevenção e enfrentamento dessa violência, assegurando a penalização dos agressores. O Serviço Social desempenha um papel essencial no acolhimento das vítimas, orientação dos agressores e articulação de políticas públicas, sendo as Equipes de Atendimento Multidisciplinar (EAM) fundamentais para uma abordagem integrada e eficaz. **Objetivos:** Este estudo analisa a atuação do Serviço Social nas EAM no combate à violência doméstica, destacando: (a) O papel do assistente social nas EAM; (b) As principais atividades desenvolvidas; (c) Os desafios e avanços na implementação dessas equipes. **Metodologia:** A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de artigos científicos, legislação e documentos institucionais publicados entre 2004 e 2024. A abordagem qualitativa permitiu uma análise detalhada do impacto do Serviço Social nas EAM e seu papel na formulação de políticas públicas eficazes. **Resultados:** A atuação das EAM melhorou significativamente o atendimento às vítimas de violência doméstica. O Serviço Social contribui com escuta qualificada, acolhimento humanizado e encaminhamento das vítimas para apoio psicológico e abrigos. Além disso, orienta agressores para a reeducação e prevenção da reincidência. No entanto, desafios como falta de recursos e deficiência na articulação entre os órgãos ainda limitam a efetividade das equipes. **Conclusão/Considerações:** As EAM são fundamentais para a aplicação da Lei Maria da Penha, garantindo suporte jurídico, psicológico e social às vítimas. Para aprimorar sua atuação, é necessário mais investimento em infraestrutura, capacitação profissional e integração entre os órgãos responsáveis. Com essas melhorias, espera-se fortalecer as políticas de enfrentamento à violência doméstica e promover uma sociedade mais justa e segura para as mulheres.

Palavras-chave: violência doméstica; serviço social; Lei Maria da Penha; equipes multidisciplinares; direitos humanos.





A PARTICIPAÇÃO DO CEJUSC NA REDE DE CUIDADO AOS VULNERÁVEIS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

CAROLINE KOEHLER LOPES PASCALE¹; REICHIELE VANESSA VERVLOET DE CARVALHO MALANCHINI²

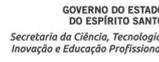
1 - Pós-Graduada em Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral (SEAD/UFES)

2 - Professora Universitária Departamento Direito Multivix Serra. Mestra em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo - ES – Brasil

Apresentação: Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) são unidades do Poder Judiciário voltadas para a solução consensual de conflitos. Além de promover a pacificação social, têm como finalidade orientar o cidadão (art. 8º da Resolução 125/2010 do CNJ). Por receberem processos judiciais oriundos das varas de famílias, lidam com dinâmicas complexas, nas quais a violência pode estar presente. Esta violência são desde microagressões até formas extremas de violência contra idosos, crianças, LGBTQUIA+ e mulheres, em que muitas dessas situações não são reveladas aos órgãos competentes. Ao identificar a violência durante a sessão de mediação, o servidor do CEJUSC, deve encaminhar tais casos para as medidas de proteção mais adequadas, já existente na rede. Dessa forma, os CEJUSCs podem integrar-se à linha de cuidado proposta pelo Ministério da Saúde, atuando nas três, das quatro fases de proteção às vítimas de violência: acolhimento, atendimento e notificação. **Objetivos:** O artigo tem como objetivo demonstrar a possibilidade dos CEJUSCs operarem como verdadeiros centro de cidadania, ao promover notificações a Secretária de saúde, bem como informar ao violentado as redes existentes para sua proteção. **Metodologia:** Trata-se de um ensaio teórico de caráter reflexivo, desenvolvido a partir dos estudos e discussões realizadas no Curso de Especialização em Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral (SEAD/UFES), por meio de revisão bibliográfica sobre o tema, as referências teóricas, aqui, utilizadas foram indicadas pelas próprias autoras, levando em consideração a abordagem acerca do tema, independente do recorte temporal, por entender que se configuram em textos oportunos ao se tratar desse assunto. **Considerações:** Conclui-se que a atuação dos CEJUSCs pode ir além do auxílio aos Tribunais de Justiça na realização de sessões de mediação e conciliação, tornando-se um espaço efetivo de cidadania. Para isso, é fundamental investir na capacitação de mediadores para a identificação de situações de violência, bem como estabelecer protocolos para a notificação dos casos de violência doméstica. Além disso, é essencial ampliar os serviços oferecidos, incluindo orientação jurídica e encaminhamento para redes de apoio público, trabalhando conjuntamente com os suportes já existentes. Dessa forma, os CEJUSCs podem consolidar-se como um pilar na rede de cuidados às vítimas de violência. Essa abordagem fortalece a rede de apoio e contribui para a construção de uma sociedade mais segura e equitativa.

Palavras-chave: mediação; CEJUSC; violência doméstica; vulnerabilidade.





A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SANDRA DELARMELINA ANDRADE ULYANA¹; FERNANDA MOURA VARGAS DIAS²

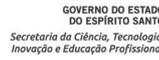
1 - Aluna do Curso de Especialização em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral da Universidade Federal do Espírito Santo – Polo Cachoeiro de Itapemirim

2 - Professora Adjunta e Pesquisadora do Colegiado de Fisioterapia do Centro de Ciências da Saúde, da UFES (CCS/UFES, Brasil); Orientadora de trabalhos de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado da UFES -Vitória –ES, Brasil

Apresentação/Introdução: No Brasil há dados alarmantes sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes que revelam uma complexa realidade de violação de direitos fundamentais infanto-juvenil. A política de Assistência Social no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes tem como Referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que é um Serviço desenvolvido para promover orientações e apoio especializado e continuado de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Dessa forma, o CREAS pode ser definido como um serviço de atendimento e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes visando à proteção e à garantia integral de seus direitos. **Objetivo:** Analisar o papel da Política de Assistência Social no atendimento e proteção social às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa bibliográfica de revisão narrativa da literatura com abordagem qualitativa de cunho exploratório descritivo. A pesquisa foi realizada em três bases de dados: Scielo, Portal de Periódicos da CAPES e Medline, e contou com um montante final de 17 artigos que foram lidos e analisados. **Resultados:** Obtiveram-se 24 artigos, que foram submetidos à aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, resultando em 18 artigos. Após a leitura dos títulos, análise dos resumos e leitura na íntegra foram selecionados 14 artigos aos quais adicionaram-se 3 artigos decorrentes das pesquisas manuais. **Conclusões/Considerações:** A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece principalmente nos próprios lares e os familiares ou pessoas próximas são os maiores violadores desses direitos sociais. A Política de Assistência Social se apresenta como um importante espaço de intervenção visando o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Através dos Centro de Referência Especializados de Assistência Social são desenvolvidos atendimentos psicossociais e procedimentos técnicos especializados para atender o público infanto-juvenil que tiveram seus direitos violados e seus familiares. Para o combate da violência sexual é indispensável um trabalho articulado da família, do Estado e da comunidade, assim como maior capacitação dos profissionais que atuam com essa demanda, da mesma forma que é imprescindível a intersetorialidade e a interlocução das mais diversas políticas públicas para o desenvolvimento de estratégias para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Assistência Sexual; Crianças; Adolescentes; Violência Sexual.





A PSICOLOGIA NO “CHÃO” DA ESCOLA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

MACKSOARA DOS PASSOS ROSSMANN¹; ANA PAULA SANTANA COELHO ALMEIDA²

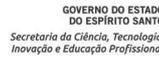
1 - Secretaria De Educação do Estado do Espírito Santo, Aracruz -ES, Brasil.

2 - Departamento de Saúde Coletiva. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES, Brasil.

Este estudo aborda a atuação da psicologia escolar no enfrentamento da violência nas escolas. A pesquisa, fundamentada na análise institucional e no conceito de implicação, investiga os desafios e possibilidades da psicologia diante das demandas institucionais. A metodologia baseia-se em um ensaio teórico-reflexivo, considerando a experiência profissional da autora como psicóloga escolar. Os resultados indicam que a atuação psicológica deve ir além do acolhimento individual, promovendo mudanças institucionais por meio de práticas críticas e projetos integradores. Conclui-se que a psicologia escolar, quando implicada criticamente, pode contribuir para a transformação das dinâmicas institucionais que sustentam a violência e a exclusão. **Apresentação/Introdução:** A violência escolar reflete tensões sociais mais amplas, exigindo um olhar crítico sobre as práticas educacionais e institucionais. A psicologia escolar, a partir da análise institucional, pode contribuir para a compreensão e enfrentamento dessa problemática, questionando tanto as demandas explícitas quanto as expectativas implícitas dirigidas à profissão. **Objetivos:** Analisar a atuação da psicologia escolar no enfrentamento da violência nas escolas, problematizando as demandas institucionais e explorando práticas que possam promover mudanças no ambiente escolar. **Metodologia:** Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo, baseado na experiência profissional da autora como psicóloga escolar desde 2022, articulado com a análise institucional e referenciais da psicologia escolar crítica. **Resultados:** A psicologia escolar não deve atuar apenas na remediação de crises, mas fomentar mudanças institucionais. Projetos integradores, abordando temas como violência de gênero e valorização de culturas indígenas e africanas, mostraram-se eficazes para estimular reflexões e questionar normas opressivas. **Conclusões/Considerações:** A psicologia escolar precisa superar uma visão normativa e assumir uma postura implicada e crítica, capaz de transformar as estruturas institucionais. É fundamental questionar a superficialidade da "cultura de paz" e atuar de forma estratégica para desafiar as dinâmicas de exclusão e violência no ambiente escolar.

Palavras-chave: violência escolar; análise institucional; psicologia escolar.





ABUSO SEXUAL E VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

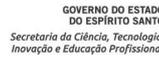
THAÍS RANGEL DAMASCENO¹

1 - Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim, Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim -ES - Brasil.

Introdução: a violência é reconhecida internacionalmente como um problema de saúde pública. Suas implicações são variadas, envolvendo danos na esfera da saúde com internações, consultas e exames, afetando a qualidade de vida do sujeito, além do óbito. A violência sexual refere-se a qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder, obriga outra pessoa a ter, presenciar, ou participar de alguma maneira de interações sexuais. Dessa forma, o abuso sexual infantil, ocorre quando o infante pratica atividade sexual, contudo, devido ao seu precário desenvolvimento cognitivo, é incapaz de compreender e autorizar a situação. O agressor, geralmente, estabelece com a criança uma relação de confiança e até mesmo de força, com o objetivo de obter gratificação sexual. Tal exposição a violência pode resultar em comportamentos negativos de enfrentamento e risco à saúde, aumentando as taxas de ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental, que podem culminar em comportamentos suicidas. O suicídio é um problema de saúde pública, sendo a terceira principal causa de morte entre jovens de 15 a 19 anos, com potencial evitável. **Objetivo:** avaliar as evidências disponíveis na literatura sobre as repercussões psicológicas relacionadas ao comportamento suicida em pessoas que sofreram abuso sexual na infância. **Método:** trata-se de uma revisão bibliográfica com buscas realizada nos bancos de dados SCIELO e Google Acadêmico, no idioma português, nos últimos 5 anos (a fim de utilizar materiais atuais). Foram encontrados 14 artigos científicos que respondiam a seguinte questão norteadora: quais são as repercussões psicológicas relacionadas ao comportamento suicida, em pessoas que sofreram abuso sexual na infância? Contudo, 6 deles foram excluídos pois não atendiam ao recorte temporal dos últimos 5 anos. **Resultado:** O abuso sexual infantil impacta a vida do indivíduo a curto, médio e longo prazo. A literatura aponta para o desenvolvimento de transtornos mentais, subsequentemente a comportamentos suicidas, e ainda, alterações morfológicas no cérebro. Dentre as sintomatologias apresentadas pelos estudos, os principais foram: baixa autoestima, transtornos de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), autolesão e comportamento suicida. Constata-se que as sequelas psicológicas irão depender da idade em que ocorreu a violência e das condições psicológicas preexistentes, da história de vida, da instabilidade e da extensão da desorganização da família, da quantidade de violência física, da duração do abuso, do grau de parentesco com o abusador, da frequência e da repetição do ato, além da reação das outras pessoas. **Considerações finais:** O estabelecimento eficaz de medidas preventivas, de proteção e tratamento são condições sine qua non para redução satisfatória dos índices de violência. O atendimento interdisciplinar dentro de uma rede de atenção organizada e funcional, possibilita acolhimento, tratamento e direcionamento psicossocial, proporcionando o fortalecimento do indivíduo, suscitando a resiliência para prosseguir e quebrar o ciclo da violência. Se faz necessário o avanço na operacionalização de políticas públicas e na capacitação profissional, a fim de que, a intervenção e o acolhimento aconteçam de forma eficaz, e que atue como possibilidade preventiva no que tange ao suicídio.

Palavras-chave: violência sexual, abuso sexual, comportamento suicida, transtornos mentais, repercussões da violência sexual





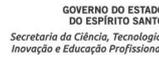
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 2024 COMO PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

JULIANA BRAZ DO ESPIRITO SANTO

Com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), as mulheres vítimas de violência doméstica passaram a contar com instrumentos legais de proteção, como medidas protetivas que visam preservar sua integridade física e psicológica. Contudo, a aplicação efetiva dessa legislação enfrenta obstáculos, como acesso limitado à justiça, insuficiência de serviços especializados e lacunas na conscientização da população. O objetivo deste estudo foi investigar a efetividade da aplicabilidade da Lei Maria da Penha no Estado do Espírito Santo em 2024, verificando os principais desafios enfrentados pelas autoridades locais. Para tal foram utilizados artigos científicos na língua portuguesa, acessados através da base de dados Scielo Brasil, com um recorte temporal de vinte anos, bem como a análise dos dados estatísticos contidos nos gráficos e tabelas disponibilizados pela Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado do Espírito Santo (SESP). Sendo assim, apresentou-se o cenário capixaba no período de 12 meses. Em 2024, o Estado do Espírito Santo apresentou avanços na aplicação da Lei Maria da Penha, contudo ainda foi constatado um aumento na taxa de feminicídios. Desta forma, a efetividade da lei depende de uma implementação contínua de políticas públicas, apoio às vítimas e enfrentamento das causas estruturais da violência de gênero. Conclui-se que a Lei 11.340/06 é de extrema importância, pois não só define claramente as formas de violência contra a mulher, mas também oferece mecanismos de proteção que ajudam as vítimas a se sentirem seguras e respeitadas contribuindo para o fortalecimento da sociedade em relação ao tratamento digno e igualitário das mulheres.

Palavras-chave: Violência; Lei Maria da Penha; Medidas Protetivas; efetividade da lei; Estado do Espírito Santo.





AUTOMUTILAÇÃO EM ADOLESCENTES, SUAS NUANCES NA SUBJETIVIDADE: UM RELATO REFLEXIVO

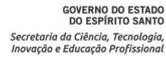
SIDINEIA BARROZO DA SILVA¹

1 - Departamento de Gestão da EEEFM Polivalente de Linhares I- SEDU, Vitória-ES, Brasil

Apresentação/Introdução: Trata-se de um relato reflexivo com abordagem às práticas autolesivas na adolescência e seus desdobramentos em ambientes escolares. Sabemos que as vivências na adolescência estão associadas a inúmeras fragilidades emocionais, o que leva os adolescentes a buscar mecanismos de fuga. Esse cenário é acentuado especialmente após a pandemia, com o expressivo aumento de adolescentes enfrentando problemas socioemocionais e recorrendo a tais práticas. **Objetivo:** Traçamos como objetivo analisar artigos acerca dos comportamentos autolesivos em adolescentes, que se estabelecem no âmbito escolar, identificando as principais causas que tem contribuído para o avanço dessa problemática neste contexto. **Metodologia:** Diante disso, utilizamos, como metodologia, um estudo comparativo de três artigos para aprofundar a compreensão das causas que levam o adolescente à automutilação e dos mecanismos de proteção à vida propostos pelos estudos. **Resultados:** A automutilação em adolescentes, tem se tornado um tema de preocupação crescente no ambiente escolar. Neste espaço, os problemas socioemocionais em crianças e adolescentes são recorrentes e, muitas vezes, levam-nos a procurar na automutilação uma alternativa para minimizar dores de diversas naturezas, especialmente a emocional, frequentemente associada a questões como ansiedade, depressão, bullying e problemas familiares. Na escola, os episódios de automutilação acontecem de forma sutil, como o uso de roupas que cobrem braços ou pernas mesmo em dias quentes, faixas enroladas nos pulsos, entre outros problemas. Muitos adolescentes relatam que praticam a automutilação de forma discreta, por vergonha ou medo de serem julgados. **Conclusões/Considerações:** Quando se detectam problemas com a criança e o adolescente, é imprescindível registrar e notificar a órgãos responsáveis, inclusive por meio do preenchimento da ficha de notificação, para que as autoridades possam conduzir o caso de maneira legal. Assim, depreende-se que a conscientização, o acolhimento e o engajamento da rede de proteção podem contribuir para a busca de intervenções assertivas na minimização e no tratamento da automutilação em crianças e adolescentes, contando com a parceria da escola na observação desses casos. Isso se torna ainda mais relevante diante da dificuldade que muitos adolescentes enfrentam para se expressar com adultos, recorrendo, muitas vezes, ao diálogo interno. Por isso, é fundamental que a escola realize ações de acolhimento, estimulando a escuta ativa para fortalecer os vínculos afetivos e, assim, minimizar os impactos emocionais desses adolescentes ao longo de sua trajetória escolar.

Palavras-chave: Automutilação. Adolescente. Escola





CICATRIZES INVISÍVEIS: COMO ACOLHER E MINIMIZAR OS TRAUMAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA

VAILTON MOREIRA DE OLIVEIRA¹; FLAVIA BATISTA PORTUGAL²

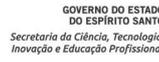
1 - Estudante do Curso de Especialização em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil

2 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

O abuso sexual infantil causa danos físicos e psicológicos, especialmente em meninas de classes baixas. Terapias como Ocupacional e TCC, junto a políticas públicas, são cruciais para recuperação e intervenção precoce. **Apresentação/introdução:** O abuso sexual infantil gera danos físicos e psicológicos, afetando especialmente crianças em situação de vulnerabilidade. Terapias como TCC e Terapia Ocupacional ajudam na recuperação, com apoio de escolas e saúde. **Objetivos:** Analisar estratégias para minimizar os traumas causados pelo abuso sexual infantil. Identificar métodos eficazes de acolhimento emocional para vítimas de abuso sexual infantil. **Metodologia:** Este estudo é uma revisão bibliográfica que analisa intervenções terapêuticas e políticas públicas para minimizar os traumas do abuso sexual infantil. A pesquisa visa aprimorar práticas de cuidado e apoio às vítimas. **Resultados:** Os artigos abordam os efeitos psicológicos do abuso sexual infantil, destacando a importância da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no tratamento. Enfatizam a necessidade de abordagens multidisciplinares e políticas públicas eficazes. O foco é na recuperação das vítimas e nas consequências duradouras do trauma. **Conclusões/Considerações:** O estudo aborda os impactos do abuso sexual infantil e a importância da Terapia Ocupacional na reabilitação. Destaca a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e políticas públicas para apoiar as vítimas e reduzir a subnotificação.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, terapia ocupacional, terapia cognitivo-comportamental.





CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS E SONOLÊNCIA: ESTUDO COM MÃES RESIDENTES DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

THAISSA A. S. LEAL¹; GABRIELA OLIVEIRA²; LAURA FONTES SILVA³; FRANCIÉLE M. C. LEITE³

1 - Departamento de Fisioterapia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil;

2 - Coordenação-Geral de Prevenção de Violência e Acidentes e Promoção da Cultura de Paz - Ministério da Saúde, Brasília - DF, Brasil

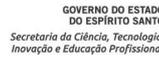
3 - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

Introdução: A sonolência pode ser caracterizada como: incapacidade de permanecer acordado e alerta durante os principais episódios de vigília do dia. Quando a sonolência está associada a presença de estresse pode contribuir para o aparecimento de comportamentos fisicamente agressivos, especialmente no ambiente familiar/domiciliar. Em um contexto de conflito, as mães, principalmente as mais jovens, tendem a utilizar punições corporais, o que pode gerar consequências negativas à saúde e desenvolvimento das crianças. **Objetivo:** Descrever as prevalências de conflitos entre mães e filhos, e sonolência entre mães residentes no município de Vitória, Espírito Santo. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, realizado em Vitória, na capital do Espírito Santo - Brasil, no período de janeiro a maio de 2022. A amostra foi composta por 418 mulheres adultas com 18 anos ou mais que possuíam filhos com até 19 anos de idade. O presente estudo foi realizado utilizando dados da pesquisa de base populacional “Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo: um estudo de base populacional”. As variáveis utilizadas foram: conflito com os filhos, construída através do questionário “Escala de Táticas de Conflito entre Pais e Filhos” (CTSPC); sonolência que foi avaliada através da “Escala de Sonolência de Epworth” (ESS-BR). Além desses, os dados sociodemográficos, econômicos e comportamentais também foram analisados por meio dos testes Qui-quadrado de Pearson, respeitando o intervalo de confiança de 95%. **Resultados:** Das 418 mulheres, 24% (n=106) pontuaram positivamente para Escala de Sonolência de EPWORTH. A violência física foi verificada em 82% (n=344) das participantes e a violência psicológica em 96% (n=402). Uma pergunta correspondente ao método de resolução de conflitos denominado Disciplina não violenta (“Você explicou por que o que ele/a estava fazendo estava errado?”) teve uma taxa de resposta positiva de 87,9%, enquanto outra pergunta correspondente à tática denominada punição corporal (“Você deu uma palmada no bumbum dele/la?”) teve prevalência de 69,7%. Quanto às características sociodemográficas daquelas com sonolência, 27,7% tinham entre 18 e 29 anos de idade, eram não brancas (20,3%), tinham 8 anos ou menos de escolaridade (20,9%). **Considerações:** A pesquisa evidencia alta prevalência de conflitos entre mães e filhos e o perfil de sonolência no grupo. Percebe-se a alta prevalência de punição corporal como um método disciplinar entre mães em Vitória/ES. O que explicita a necessidade de intervenções que promovam um ambiente familiar saudável e livre de violências.

Palavras-chave: Conflito Familiar; Distúrbios do Sono por Sonolência Excessiva; Saúde da Mulher; Agressão.

Financiamento: Este estudo é oriundo de um estudo maior intitulado “violência contra a mulheres residentes em Vitória, Espírito Santo”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPEs), através do EDITAL FAPEs/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 – PPSUS, sob coordenação da Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite.





CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS E SUA ASSOCIAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA ENTRE MULHERES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

CAMILLE REZENDE SARTORIO¹; LAURA FONTES SILVA¹; FERNANDA GABIRA MIGUES¹; FRANCIELE MARABOTTI COSTA E LEITE¹

1 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

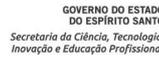
2 - Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá-SC, Brasil

Introdução: Violências e conflitos no âmbito familiar, são preocupações críticas, de forma que, pode influenciar diretamente a qualidade de vida de seus integrantes. Com isso, conflitos familiares, especialmente entre mães e filhos, podem impactar negativamente o bem-estar materno. Assim, compreender a relação entre conflitos maternos e qualidade de vida torna-se essencial no subsídio de políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil. **Objetivos:** Analisar a relação entre conflitos maternos e qualidade de vida de mulheres residentes em Vitória, utilizando dados populacionais sobre violência doméstica e saúde da mulher durante a pandemia de COVID-19, e sua associação com a qualidade de vida materna. **Metodologia:** O estudo utilizou dados da pesquisa Violência contra mulher, com delineamento transversal e analítico. Foram incluídas mulheres com mais de 18 anos, residentes em Vitória, com pelo menos um filho de até 19 anos, constituindo uma amostra de 418 mulheres. A coleta de dados ocorreu entre janeiro e maio de 2022, por entrevistas presenciais registradas via REDCAP. O conflito entre mães e filhos foi avaliado pelo instrumento Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC), e a qualidade de vida, pelo Short Form Health Survey (SF-36). A análise estatística utilizou testes de qui-quadrado, Kruskal-Wallis e regressão multivariada. Modelos de regressão multivariada incluíram variáveis com $p < 0,20$ e para permanecer no modelo final, aquelas com $p < 0,05$. **Resultados:** Houve associação entre o uso da disciplina não-violenta (DNV) e maior vitalidade materna (p -valor=0,05 mediana 55; IIQ 35-70), domínio esse que mede o nível de energia e fadiga da pessoa. No entanto, mulheres que aplicaram agressão física em seus filhos apresentaram escores mais baixos nos domínios de aspectos físicos e saúde mental do SF-36 (AF: p -valor=0,014, DP=69,5(41,2); SM: p -valor=0,050, DP=63,8(20,2)). Mulheres sem casa própria relataram mais conflitos familiares do que aquelas com lar próprio. A agressão psicológica não demonstrou associação significativa com a qualidade de vida. **Conclusões/Considerações:** Os achados sugerem que mães que utilizam disciplina não-violenta como tática de resolução de conflitos, podem estar associadas com uma melhor qualidade de vida. Em contrapartida, a agressão física contra os filhos pode estar relacionada a uma pior saúde mental e física das mulheres. Isso evidencia a necessidade de estratégias de intervenção e apoio à parentalidade, visando reduzir os conflitos e melhorar a qualidade de vida materna.

Palavras-chave: conflito; família; mãe; qualidade de vida.

Financiamento: EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 – PPSUS.





CUIDADO COLETIVO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE SAÚDE MENTAL PARA MULHERES

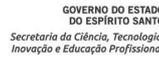
RAFAEL CARDOSO GOMES¹

1 - Doutorado do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro - RJ, BRASIL

Este relato de experiência apresenta a criação, condução e desafios de um grupo voltado para a saúde mental de mulheres na Unidade de Saúde da Família de Araçás, em Vila Velha (ES). A iniciativa surgiu da necessidade de acolher mulheres em sofrimento psíquico, muitas delas em situação de vulnerabilidade social, enfrentando desafios como violência doméstica, conflitos familiares, sobrecarga com trabalho reprodutivo e dificuldades econômicas. Diante da limitação do atendimento individual em saúde mental na Atenção Primária, o grupo foi pensado como uma estratégia coletiva de cuidado, baseada na escuta, no apoio mútuo e no fortalecimento emocional. Os tiveram periodicidade quinzenal, com duração de aproximadamente uma hora e conduzidos por uma equipe interdisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros. A metodologia adotada foi rodas de conversa com dinâmicas de grupo e perguntas disparadoras. Os temas abordados variaram conforme as demandas emergentes, incluindo autoestima, relações familiares, comunicação assertiva, enfrentamento da violência, empoderamento feminino e construção de redes de apoio. No início, houve resistência de algumas mulheres em aderir ao grupo, motivada por receios relacionados à exposição de suas histórias e dúvidas sobre a eficácia da proposta. Para minimizar essa barreira, estratégias como a construção coletiva de regras de convivência, a criação de um ambiente acolhedor e a explicação clara sobre o funcionamento do grupo foram adotadas. A continuidade dos encontros demonstrou que, à medida que as mulheres se sentiam seguras, compartilhavam mais suas experiências e reconheciam a importância do espaço para seu bem-estar emocional. Um dos principais desafios enfrentados foi a diversidade de vivências e perspectivas entre as participantes, que, em alguns momentos, gerou tensões e dificuldades na comunicação. Diferenças religiosas e ideológicas, por exemplo, trouxeram debates intensos sobre temas como maternidade, papéis de gênero e relacionamentos afetivos. A mediação da equipe facilitadora foi essencial para manter o respeito e promover um espaço de escuta ativa, incentivando a troca de experiências sem julgamentos. Além dos encontros presenciais, a criação de um grupo no WhatsApp foi uma estratégia complementar relevante para fortalecer os vínculos e oferecer suporte contínuo às participantes. Por meio desse canal, as mulheres puderam compartilhar sentimentos, reflexões e sugestões de enfrentamento para dificuldades do cotidiano. Ao longo do processo, observou-se uma transformação significativa no grupo. Muitas participantes relataram melhora na autoestima, ampliação de suas redes de apoio e maior assertividade em suas relações interpessoais. Além disso, algumas mulheres passaram a buscar mais ativamente serviços de assistência social e saúde, reconhecendo a importância de um cuidado integral. A experiência reforça o papel fundamental da Atenção Primária à Saúde na promoção da saúde mental. O trabalho interdisciplinar e o enfoque coletivo evidenciam o potencial das práticas grupais no cuidado psicossocial, ampliando o acesso e promovendo o bem-estar das usuárias do SUS.

Palavras-chave: Saúde mental; Atenção Primária à Saúde; Integralidade; Cuidado coletivo; Empoderamento feminino.





ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA COM TRANSTORNOS MENTAIS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

NARA MATEINI MASSINI¹; FERNANDA MOURA VARGAS DIAS²

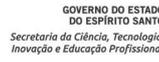
1 - Assistente Social, Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA), com atuação na Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro (UIJM) Jerônimo Monteiro - ES, Brasil

2 - Colegiado de Fisioterapia do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo Vitória - ES, Brasil

Devido ao medo, estigma e preconceito as pessoas com transtornos mentais são vistas historicamente como perigosas e violentas, isso impulsionou a institucionalização prolongada em instituições psiquiátricas criadas para tratamento de pessoas com doença mental. Na defesa da ruptura com o modelo hospitalocêntrico e na busca pela inclusão social, pode-se destacar a Reforma Psiquiátrica e a luta antimanicomial que culminou na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. O objetivo deste estudo foi compreender as estratégias de prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa com transtornos mentais. A metodologia utilizada foi revisão narrativa da literatura em diferentes tipos de documentos (artigos, teses, dissertações, legislações e textos online). Foram selecionados estudos dos últimos 23 anos, publicados em português e inglês. A busca pelos artigos foi realizada nos endereços eletrônicos Google Acadêmico e Scielo, utilizando os seguintes descritores: Reforma Psiquiátrica, saúde mental, controle social, rede de proteção social e rede de atenção psicossocial. As principais estratégias de prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa com transtornos mentais são: a participação dos usuários no controle social através dos conselhos e das conferências de saúde; a capacitação para que os profissionais tenham segurança no atendimento ao invés de medo, estigma e preconceito; a articulação da rede de proteção social e da rede de atenção psicossocial; a vigilância da violência através da notificação compulsória; as garantias legais dos direitos das pessoas com transtornos mentais previstos na Lei Federal 10.216 de 06 de abril de 2001 e na Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011; e a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Foi observada a urgência em estabelecer de forma contínua a capacitação profissional para que os direitos das pessoas com transtornos mentais previstos em legislações sejam de fato garantidos através do atendimento humanizado, integral e na perspectiva da inclusão social. Os dados apresentados neste estudo proporcionam a compreensão das estratégias de prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa com transtornos mentais, que podem ser usados para desenvolver políticas públicas e ações de prevenção e enfrentamento, que beneficiem as pessoas, assim como subsidiar estudos futuros sobre o tema.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica, saúde mental, controle social, rede de proteção social e rede de atenção psicossocial.





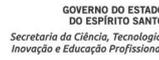
FATORES DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA OS IDOSOS: UMA REVISÃO NARRATIVA

MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO SILVA PERUCHI; PROF^a. DR^a GABRIELA OLIVEIRA

Introdução: A violência financeira contra pessoas idosas é um fenômeno que vem ganhando destaque nas discussões sobre a violência gerada por relações familiares e sociais. **Objetivo:** Este artigo tem como objetivo identificar na literatura os fatores de risco para a ocorrência da violência patrimonial contra a pessoa idosa. **Metodologia:** Trata-se de um estudo do tipo revisão narrativa, onde foram revisados artigos científicos, teses e documentos oficiais que possuem abordagem acerca do tema da pesquisa. As fontes foram selecionadas com base em sua relevância e atualidade, e a análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar padrões e temas recorrentes nas literaturas consultadas. **Resultados:** Foram identificados como fatores de risco à ocorrência de violência financeira contra a pessoa idosa: dependência de cuidados de outra pessoa, sentir medo, ter um familiar com problemas com álcool e drogas, isolamento social, falta de conhecimento de seus direitos, baixo amparo social, familiar de dependente da pessoa idosa, falta de informação, dentre outros. Também foi identificado que este tipo de violência ocorre em todas as camadas sociais, sendo a maior ocorrência em mulheres, e pessoas negras. **Conclusão:** chegou-se à conclusão que a pessoa idosa está propensa a diversos fatores de risco devido a sua condição de fragilidade decorrente do processo de envelhecimento. De que há a necessidade de mais estudos na área, e que é fundamental promover a conscientização sobre os direitos dos idosos e a importância de sua proteção viabilizando a implementação de políticas públicas eficazes para proteger essa população vulnerável, podendo citar como exemplo: o fortalecimento do trabalho de rede, e que a conscientização sobre o tema seja ampliada.

Palavras-chave: Violência; Financeiro; Idoso.





FATORES QUE INFLUENCIAM O ALEITAMENTO MATERNO NOS SEIS PRIMEIROS MESES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES: UM ESTUDO TRANSVERSAL

MILENE DINIZ PAULUCIO¹; FRANCIELE MARABOTTI COSTA LEITE¹; FERNANDA GARCIA GABIRA MIGUEZ¹

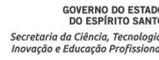
1 - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil.

Introdução: Em 2003, a Organização Mundial da Saúde recomendou a amamentação exclusiva para as crianças nos primeiros seis meses de vida, visto o panorama preocupante de desnutrição infantil instaurado na época. Como forma de incentivo a essa prática, a Rede Cegonha foi instituída no Brasil em 2011, a fim de capacitar os profissionais para o melhor atendimento ao binômio mãe e filho. Sabe-se alguns fatores impactam diretamente nessa prática, a exemplo do apoio à amamentação e influência familiar, escolaridade, condições socioeconômicas, experiências de violência, fatores psicológicos, idade materna, dificuldades na pega e sucção, ter vivenciado adversidades na infância, fissura mamilar, propagandas de fórmulas infantis, retorno ao trabalho e acesso à saúde, dentre outros fenômenos. Como benefícios, o aleitamento materno pode impactar de diversas formas, mas principalmente no fortalecimento do vínculo com o bebê. **Objetivos:** Identificar a prevalência de mulheres que amamentaram seus filhos até os seis meses de vida e sua associação com as características socioeconômicas e experiências de violências. **Metodologia:** Estudo transversal, de base populacional, com análise descritiva. A coleta foi realizada no município de Vitória, no período de janeiro a maio de 2022. O desfecho em estudo foi dicotomizado em aleitamento materno nos seis primeiros meses de vida (sim/não), sendo esse aleitamento exclusivo ou não. Para responder às perguntas, a mulher precisava ter pelo menos um filho. A amostra foi constituída por 832 mulheres. As análises foram feitas utilizando o programa Stata® versão 14.0. **Resultados:** O aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida do RN foi feito por 249 (29,9%) participantes, ou seja, ofereceram leite materno juntamente com outros alimentos. Neste estudo, observou-se menores prevalências de amamentação até os seis meses de idade da criança entre as mulheres com experiência de abusos físicos, psicológicos e emocionais na infância, por outro lado, receber apoio na amamentação esteve associado a maiores frequências do desfecho ($p < 0,05$). **Conclusões:** Esses resultados evidenciam a importância do apoio familiar durante a amamentação e do rastreamento das experiências de violências vivenciadas, considerando a importância de promoção de um cuidado integral para o binômio mãe-bebê. Os achados reiteram a necessidade de estratégias que promovam ambientes de apoio às mães, assim como medidas de intervenção voltadas à prevenção de adversidades na infância, garantindo melhores condições para o aleitamento materno e, conseqüentemente, para a saúde infantil.

Palavras-chave: Aleitamento materno; Experiências adversas da infância; Apoio familiar; Violência contra a mulher.

Financiamento: EDITAL FAPES/ CNPq/ Decit-SCTIE-MS/ SESA Nº 09/2020 –PPSUS.





FORTELECIMENTO DA SAÚDE E AUTONOMIA DA PESSOA IDOSA: ESTRATÉGIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

FERNNANDA CASTELLARI BAGATOL¹; ALINE BRIZON MENEGARDO²

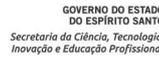
1 - Psicóloga, Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul- ES)

2 - Enfermeira, Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul- ES

A dificuldade de acesso à informação impacta a qualidade de vida da população idosa, tornando essencial o fortalecimento da comunicação através das Equipes de Saúde da Família nas Unidades de Saúde. Este trabalho teve como objetivo promover a saúde, o bem-estar e a autonomia dos idosos por meio de atividades educativas, preventivas e recreativas, adaptadas à sua cultura e modo de vida. Foram abordados temas como envelhecimento saudável, saúde mental e emocional, direitos da pessoa idosa, segurança financeira, sexualidade, doenças crônicas e tecnologia. A dificuldade de acesso à informação impacta a qualidade de vida da população idosa, tornando essencial o fortalecimento da comunicação através das Equipes de Saúde da Família nas Unidades de Saúde. Este trabalho teve como objetivo promover a saúde, o bem-estar e a autonomia dos idosos por meio de atividades educativas, preventivas e recreativas, adaptadas à sua cultura e modo de vida. Os objetivos estavam para garantir a inclusão social e o protagonismo da pessoa idosa no seu próprio cuidado. Desenvolver estratégias educativas, preventivas e recreativas que promovam a saúde, o bem-estar e a autonomia dos idosos. Integrar a atenção primária à saúde e a rede de proteção para assegurar melhor qualidade de vida a essa população. As ações foram conduzidas de maneira lúdica e reflexiva, garantindo melhor assimilação dos conteúdos e incentivando a participação ativa dos idosos. A equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, enfermeiros, educadores físicos, bacharéis em direito e técnicos em tecnologia digital, realizou encontros periódicos, promovendo debates e esclarecimentos sobre os desafios do envelhecimento. Os resultados demonstraram um impacto positivo, com aumento da socialização e construção de vínculos entre os idosos e os profissionais da saúde. Observou-se uma redução do isolamento social, melhora no humor e fortalecimento da autoestima e da autoconfiança, tornando os idosos mais empoderados e capazes de manter sua independência por mais tempo. A criação de um ambiente seguro e acolhedor permitiu um acompanhamento contínuo, garantindo que os participantes recebessem suporte adequado para suas necessidades específicas. A integração entre a atenção primária à saúde e a rede de proteção se mostrou essencial para assegurar o bem-estar da população idosa. A implementação de estratégias educativas e de apoio emocional fortaleceu a autonomia dos idosos, garantindo um impacto duradouro na sua qualidade de vida. Dessa forma, a proposta reforça a importância da inclusão social e do protagonismo da pessoa idosa no seu próprio cuidado.

Palavras-chave: Envelhecimento Saudável; Atenção Primária à Saúde; Promoção; Autonomia do Idoso; Acolhimento Humanizado.





IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: INTEGRAÇÃO ENTRE CURRÍCULO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

SIDINEIA BARROZO DA SILVA¹; UILLIAN TRINDADE OLIVEIRA²

1 - EEEFM Polivalente de Linhares I, SEDU, -ES

2 - Departamento de Teoria da Arte e Música, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES

Apresentação/Introdução: Trata-se de um relato reflexivo que aborda as práticas autolesivas na adolescência e seus desdobramentos em ambientes escolares. Sabemos que as vivências na adolescência estão associadas a inúmeras fragilidades emocionais, o que leva os adolescentes a buscar mecanismos de fuga. Esse cenário foi acentuado especialmente após a pandemia, com o expressivo aumento de jovens enfrentando problemas socioemocionais. **Objetivo:** Analisar os comportamentos autolesivos em adolescentes que se estabelecem no âmbito escolar, identificando as principais causas que tem contribuído para o avanço dessa problemática. **Metodologia:** Diante disso, utilizaremos a metodologia da pesquisa bibliográfica; um estudo comparativo de três artigos para aprofundar a compreensão das causas que levam o adolescente à automutilação e dos mecanismos de proteção à vida propostos pelos estudos. **Resultados:** Nos materiais pesquisados sobre a problemática da automutilação em adolescentes, pudemos perceber que essa fragilidade tem se tornado um tema de preocupação crescente no ambiente escolar, evidenciando a necessidade de compreender os fatores que levam os estudantes a recorrer a essa prática. Na escola, os problemas socioemocionais em crianças e adolescentes são recorrentes e, muitas vezes, levam-nos a procurar na automutilação uma alternativa para minimizar dores de diversas naturezas, especialmente a emocional, frequentemente associada a questões como ansiedade, depressão, bullying e problemas familiares. Na escola, deparamos-nos frequentemente com episódios de automutilação compulsiva, que apresentam alta incidência. Por isso, é relevante considerar essas subclassificações, pois são elas que ocorrem com maior frequência no ambiente escolar, muitas vezes com sinais sutis, como o uso de roupas que cobrem braços ou pernas mesmo em dias quentes, faixas enroladas nos pulsos, entre outros problemas. Muitos adolescentes relatam que praticam a automutilação de forma discreta, por vergonha ou medo de serem julgados. **Conclusões/Considerações:** De acordo com o que foi pesquisado, depreende-se que a conscientização, o acolhimento e o engajamento da rede de proteção podem contribuir para a busca de intervenções assertivas na minimização e no tratamento da automutilação em crianças e adolescentes, contando com a parceria da escola na observação desses casos. Isso se torna ainda mais relevante diante da dificuldade que muitos adolescentes enfrentam para se expressar com adultos, recorrendo, muitas vezes, ao diálogo interno. Por isso, é fundamental que a escola realize ações de acolhimento, estimulando a escuta ativa para fortalecer os vínculos afetivos e, assim, minimizar os impactos emocionais desses adolescentes ao longo de sua trajetória escolar.

Palavras-chave: Automutilação. Adolescente. Escola





INCIDÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER DE 20 A 59 ANOS NO BRASIL E POR REGIÕES EM 2022

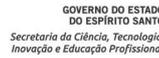
ANA PAULA COSTA VELTEN¹

1 - Departamento de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus - ES

Introdução: No Brasil a violência é um grave problema de saúde pública, possuindo prevalência extremamente alta, enfrentamento complexo e um alto preço econômico e social para a nação, além de custos humanos incalculáveis e irreparáveis. A violência afeta pessoas de ambos os sexos e em todas as fases de vida, entretanto atinge de forma mais grave e frequente populações que são consideradas mais vulneráveis, como a população feminina. A compreensão da situação epidemiológica atualizada dos casos notificados e do perfil das violências sofridas por mulheres, em especial da violência física, a mais frequentemente notificada e que muitas vezes revelam a existência de outros tipos de violência, é fundamental para a vigilância desse agravo e para a definição de políticas públicas intersetoriais de prevenção e promoção da saúde. **Objetivo:** A presente pesquisa tem como objetivo descrever a violência física notificada contra a mulher entre 20-59 anos no Brasil em 2022. **Metodologia:** Trata-se de um estudo ecológico, utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, disponíveis na base de dados online do Departamento de Informática do Sistema Único de saúde (DATASUS), referentes às notificações de violência interpessoal direcionadas à mulheres de 20 a 59 anos no ano de 2022 no Brasil. **Resultados:** Em 2022 foram notificados 179.594 episódios de violência interpessoal sofridos por indivíduos entre 20-59 anos no Brasil, dos quais 75,76% (Intervalo de Confiança de 95%: 75,66-76,66) foram em mulheres. De todos esses episódios sofridos por mulheres 75,07% (IC 95%: 74,84-75,30) foram de violência física. A incidência da violência física foi de 16,32 casos notificados a cada 10.000 mulheres entre 20-59 anos. A maior proporção das vítimas de violência física é jovem, preta/parda, vivenciam episódios de repetição no ambiente doméstico e possui ou possuíam vínculo afetivo com o agressor, além de muitas vezes sofrerem outro tipo de violência concomitantemente, como a psicológica. Apesar da violência física ser a mais notificada, análises transversais indicam que a violência psicológica é a mais relatada por mulheres adultas. Além disso a subnotificação é um dos principais agravantes para a compreensão da extensão do problema. **Conclusões:** Para melhor enfrentamento desse agravo são necessárias pesquisas mais representativas da abrangência da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica, assim como medidas mais eficazes de proteção e apoio integral às vítimas.

Palavras-chaves: violência contra a mulher; violência de gênero; violência doméstica; epidemiologia.





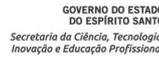
MEDIAÇÃO JUDICIAL NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A POSSIBILIDADE DO EMPODERAMENTO DA MULHER NAS AÇÕES FAMILIARES

CAROLINE KOEHLER LOPES PASCALE; DR. WELINGTON SERRA LAZARINI

Apresentação: O presente estudo parte da perspectiva da mediação judicial como estratégia de garantia de direitos e enfrentamento da violência contra as mulheres, destacando-a como ferramenta capaz de promover o autoconhecimento e o empoderamento feminino, além de possibilitar uma resolução mais ágil e eficaz dos conflitos, contribuindo para o bem-estar das mulheres. Inicia-se apresentando a violência doméstica como uma questão complexa e intersetorial, cujas implicações ultrapassam o âmbito individual, afetando o sistema judiciário, a saúde pública e a estrutura social. Em seguida, apresenta a mediação e seus desafios na presença da violência doméstica, destacando a função do mediador e a possibilidade na promoção do empoderamento da mulher na audiência de mediação. **Objetivos:** Discutir os limites e as possibilidades da mediação judicial nas ações familiares envolvendo mulheres em situação de violência doméstica, propondo reflexões sobre sua aplicação e eficácia. **Metodologia:** Trata-se de um artigo reflexivo, sem a definição específica de critérios de exclusão e inclusão para a seleção do material bibliográfico. As referências teóricas utilizadas foram indicadas pela autora, levando em consideração a abordagem do tema, independentemente do recorte temporal, por entender que se configuram em textos oportunos. As reflexões contidas neste artigo surgem, portanto, como apontamento da autora acerca dos limites e possibilidades da mediação judicial no enfrentamento às violências que afligem às mulheres, além de se propor a fomentar o debate sobre o tema na sociedade. **Considerações:** O estudo aponta que a mediação enfrenta desafios, como a ausência de formação específica para mediadores familiares no manejo de casos de violência doméstica. No entanto, destaca-se o potencial transformador da mediação nas relações familiares, especialmente quando conduzida por profissionais capacitados. O artigo defende a implementação de parâmetros curriculares específicos para mediadores familiares e de protocolos que assegurem a segurança das vítimas. Dessa forma, a mediação pode contribuir para a ruptura dos ciclos de violência contra a mulher e para a construção de soluções consensuais e equitativas.

Palavras-chave: violência doméstica; violência de gênero; mediação judicial; empoderamento.





PARENTALIDADE POSITIVA E EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

SIRLENE CRISTINA CRAVO¹; KARINA FARDIN FIOROTTI²; MÁRCIA VALÉRIA DE SOUZA ALMEIDA³; MARIANA RABELLO LAIGNIER³

1 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Centro de Educação Multiprofissional. Colatina/ES, Brasil.

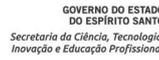
2 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes / Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES. Brasil

3 - Centro de Ciências da Saúde / Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES. Brasil

Apresentação/Introdução: A violência contra a criança e o adolescente, como prática disciplinar no contexto familiar, engendra prejuízos, e pode potencializar os impactos sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos ao longo do desenvolvimento humano. **Objetivos:** Analisar a literatura contemporânea sobre os impactos da violência infantil e a parentalidade positiva como alternativa para uma educação não violenta. **Metodologia:** Revisão narrativa da literatura, por meio de busca nas plataformas digitais da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando as palavras chaves Parentalidade Positiva; Proteção Infantil; Violência contra a criança; bem como, foram utilizados para ampliar a busca os termos: Lei Menino Bernardo e Lei 14.826/2024, com recorte dos últimos 10 anos. **Resultados:** Foram selecionados 6 estudos que apontam que a violência física contra crianças com intenção de punir ou inibir comportamentos, especialmente no âmbito familiar, ainda é uma realidade alarmante. Estudos apontam que práticas educativas violentas, como a palmada, podem acarretar prejuízos duradouros ao longo da vida, aumentando os riscos de psicopatologias. Apesar da legislação vigente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e de regimentos que promovem a parentalidade positiva, a aceitação cultural da punição física ainda representa um obstáculo à superação dessas práticas, o que demanda maior intervenção por parte das políticas públicas. **Conclusões/Considerações:** A formação e a capacitação de profissionais que atuam na rede de proteção são medidas imprescindíveis para transformar paradigmas e consolidar práticas de proteção integral, em efetivação às legislações vigentes no Brasil.

Palavras-chave: infância; violência contra a criança; parentalidade positiva; proteção infantil; política pública.





PERFIL DA QUALIDADE DE VIDA ENTRE MULHERES COM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO

DÁVILLA ALVES DE OLIVEIRA¹; FERNANDA GARCIA GABIRA MIGUEZ²; GABRIELA OLIVEIRA³; FRANCIÉLE MARABOTTI COSTA LEITE⁴

1 - Departamento de Fonoaudiologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil;

2 - Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil;

3 - Coordenação-Geral de Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes e Promoção da Cultura de Paz, Ministério da Saúde, Brasília - DF, Brasil

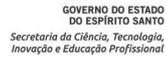
4 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

Apresentação/Introdução: A violência por parceiro íntimo (VPI) refere-se ao comportamento de um parceiro ou ex-parceiro que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos – incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle (OMS, 2022). Além das lesões físicas, esse tipo de violência pode causar transtornos mentais, prejudicar o desempenho educacional ou econômico e aumentar os comportamentos de risco à saúde (GARCIA et al., 2014). Estudos demonstram que a VPI pode impactar a Qualidade de vida (QV) em decorrência dos efeitos do abuso sofrido, tornando-a um importante indicador da saúde feminina (CROWNE et al., 2011). **Objetivos:** Descrever a qualidade de vida entre as mulheres com histórico de violência por parceiro íntimo residentes no Município de Vitória/ES. **Metodologia:** Estudo transversal, onde se utilizou dados da pesquisa “Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo: um estudo de base populacional” (2022), envolvendo 1.086 mulheres residentes em Vitória/ES. A coleta foi realizada em domicílio por equipe treinada, utilizando o aplicativo RedCap. A QV foi avaliada pelo Short Form Health Survey (SF-36), que mede oito domínios subdivididos nos Resumos do Componente Físico (RCF) e Mental (RCM). A ocorrência de VPI foi medida pelo instrumento WHO VAW STUDY. Foram verificadas variáveis sociodemográficas, econômicas e comportamentais, por meio dos testes estatísticos de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney ($p < 0,05$). **Resultados:** Os resultados indicam que mulheres que sofreram VPI ao longo da vida apresentam diminuição da QV, principalmente nos aspectos físicos e mentais. Em relação ao RCF, a idade avançada (60 anos ou mais) está associada a menor qualidade de vida quando há ocorrência de VPI. Mulheres indígenas, aquelas com menos anos de estudo e baixa renda também tiveram menores medianas no RCF, podendo ser fatores que podem estar ligados à dificuldade de acesso a cuidados em saúde. Além disso, não praticar atividade física e ter multimorbidades impactaram os níveis de QV física. No que se refere ao RCM, o impacto negativo foi mais evidente em mulheres jovens (18 a 24 anos), indicando que a VPI pode comprometer o desenvolvimento psicológico e social nessa fase da vida. Mulheres em união consensual também apresentaram menor QV mental, o que pode estar relacionado à instabilidade emocional e vulnerabilidades sociais. A falta de atividade física e a presença de multimorbidades também reduziram significativamente os escores de QV mental. **Conclusões/Considerações:** A partir dos resultados encontrados, nota-se que a VPI tem consequências para a saúde física e mental das mulheres, com impacto diferenciado conforme idade, escolaridade, renda e hábitos de vida. O estudo destaca a necessidade de estratégias preventivas e políticas públicas externas ao combate à violência e à promoção da saúde e bem-estar das vítimas.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Violência por parceiro Íntimo; Saúde da mulher.

Financiamento: A pesquisa é oriunda de um estudo maior intitulado violência contra a mulheres residentes em Vitória, Espírito Santo, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 – PPSUS, sob coordenação da Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite.





PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

ADRIANA DIAS PIROVANI COSTA¹; DRA. LUCIANA DE CÁSSIA NUNES NASCIMENTO²; DRA. MARIANA RABELLO LAIGNIER²; DRA. TATIANA SANTOS BARROSO³

1 - Discente do curso de Especialização em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral.

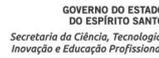
2 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, Brasil.

3 - Departamento de Biologia - CCENS - Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre-ES, Brasil.

Introdução: Um momento singular na vida da mulher, do seu parceiro, família e comunidade, sem sombras de dúvidas é a gestação, o parto e o pós-parto. É comum que a maioria das mulheres, com a intenção de garantir um local seguro e que lhe proporcione assistência neste momento de vulnerabilidade, optem por passar por este momento em um ambiente hospitalar. No entanto, é neste ambiente que deveria lhe proporcionar acolhimento e amparo durante a assistência ao parto e puerpério que as mulheres têm seus direitos violados e são vítimas de violências. Os profissionais de saúde têm papel fundamental na transmissão de conhecimento e empoderamento das mulheres sob seus cuidados e, desenvolvem ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde e, por isso podem contribuir significativamente na prevenção da violência obstétrica ao levar em conta sua atuação e intervenção no pré-natal, parto e puerpério. **Objetivo:** desta revisão é estudar os elementos que impactam na prevenção da violência obstétrica. **Metodologia:** realizou-se uma revisão narrativa a partir dos estudos selecionados nas Bases de Dados LILACS e MEDLINE, utilizando os descritores “violência obstétrica”, “prevenção” AND NOT “enfermagem”, no mês de dezembro de 2024. **Resultados:** foram identificados 5 estudos após a aplicação dos critérios de elegibilidade e exclusão. A violência obstétrica tem se tornado um grave problema de saúde pública pois ainda existem muitas divergências acerca da identificação da violência obstétrica tanto pelas parturientes quanto pelos profissionais de saúde. Entretanto ações preventivas devem ser implementadas e estimuladas, a fim de reduzir a prevalência que é alta no Brasil. **Conclusões:** A violência obstétrica é um fenômeno complexo e seus fatores de risco e proteção são amplos. Neste estudo identificamos que a presença do acompanhante e a inclusão de outros profissionais, como o fisioterapeuta, na assistência do pré-natal, parto e puerpério se mostram capazes de inibir as ações de violência obstétrica.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Prevenção, Equipe Multiprofissional, Familiares Acompanhantes.





PROMOÇÃO DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

ROSANA COSTA SANTIAGO¹; FERNANDA MOURA VARGAS DIAS²

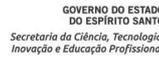
1 - Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua, Atílio Vivácqua, ES - Brasil

2 - Departamento de Ciências Fisiológicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES - Brasil

O presente trabalho tem como objetivo compreender o papel da promoção da saúde e do Serviço Social no enfrentamento da violência de gênero (eixo temático da violência contra a mulher) a partir da literatura especializada. A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão narrativa de literatura, com a análise de 55 artigos publicados em português, entre outubro e novembro de 2024, nas bases de dados SciELO e Google Scholar. Desses, 17 artigos foram selecionados. As publicações analisadas destacam a atuação do Assistente Social nos programas de saúde pública e a aplicação de estratégias de promoção da saúde no enfrentamento da violência de gênero. A violência de gênero, presente em diferentes contextos históricos e sociais, está intimamente ligada aos papéis socioculturais entre homens e mulheres, afetando principalmente as mulheres, com manifestações na violência intrafamiliar, doméstica e no trabalho. A formação teórica e ética do Serviço Social capacita o profissional a compreender o contexto social da violência de gênero e seus impactos na saúde da mulher. Os programas da Política Nacional de Promoção da Saúde e as ações intersetoriais desempenham um papel fundamental no combate à violência de gênero, com o Assistente Social atuando como articulador na rede de proteção e promovendo a participação e a emancipação das mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Assistente Social; Gênero; Promoção; Saúde; Serviço Social; Violência.





SINTOMAS DEPRESSIVOS ENTRE MULHERES COM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES

ANDRESSA MEIRELES RIBEIRO¹; FERNANDA GARCIA GABIRA MIGUEZ¹; LAURA FONTES SILVA¹; TIFFANI MATOS OLIVEIRA¹; FRANCIÉLE MARABOTTI COSTA LEITE¹

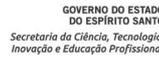
1 - Laboratório de Estudos sobre Violência, Saúde e Acidentes (LAVISA), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil

Introdução: A violência por parceiro íntimo (VPI) é uma questão de saúde pública, bem como uma violação dos direitos humanos fundamentais. Os atos de violência infligidos a mulheres por parceiros íntimos é um fenômeno mundial e multifacetado, que resulta em danos físicos e psicológicos, interferindo consideravelmente na qualidade de vida das vítimas. A depressão, o transtorno do estresse pós-traumático, bem como a ansiedade são diagnósticos frequentes em vítimas de VPI (DAMRA; ABUJILBAN, 2018). **Objetivos:** Avaliar a sintomatologia depressiva entre mulheres com histórico de violência perpetrada pelo parceiro íntimo ao longo da vida e durante a pandemia de Covid-19 no município de Vitória, Espírito Santo. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal que utilizou dados de uma pesquisa maior intitulada “Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo: um estudo de base populacional” que foi realizada entre janeiro e maio de 2022. A sintomatologia depressiva foi avaliada através do instrumento Beck Depression Inventory (BDI), categorizada em presença ou ausência do sintoma. A violência foi avaliada mediante instrumento elaborado pela Organização Mundial da Saúde denominado World Health Organization Violence Against Women (WHO VAW STUDY), bem como foram avaliados dados sociodemográficos, comportamentais e ginecológicos das mulheres por meio de frequência absoluta, relativa e intervalos de confiança de 95%, como por testes Qui-quadrado de Pearson no Stata 17.0. **Resultados:** Ao todo 519 mulheres foram vítimas de violência por parceiro íntimo ao longo da vida, dessas, há maior frequência de sintomatologia depressiva entre aquelas que pertencem ao primeiro tercil de renda (mais baixo) (53,3%), naquelas que não exercem atividade remunerada (56,0%), praticantes de atividade física (67,0%), sem infecções sexualmente transmissíveis (IST) (81,6%), não teve abortos (61,1%) e com multimorbidade (58,2%). 231 mulheres foram vítimas de VPI durante a pandemia de covid-19, a maioria relatou multimorbidade (59,%) e não apresentavam infecções sexualmente transmissíveis (IST) (81,6%). **Conclusões/Considerações:** Esses achados apontam que há associação positiva da sintomatologia depressiva entre mulheres que sofreram violência perpetrada por parceiro íntimo em Vitória, Espírito Santo. Portanto, essa pesquisa evidencia a necessidade de condução de novos estudos que procurem identificar como sintomatologia depressiva se estabelece em mulheres vítimas de violência por parceiro íntimo, visto que ambos representam uma grave questão de saúde pública.

Palavras-chave: depressão; violência contra mulher; saúde mental; violência por parceiro íntimo.

Financiamento: A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 – PPSUS, sob coordenação da Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite





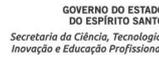
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE, RAÇA, COR E ETNIA, UMA QUESTÃO DE SAÚDE: REVISÃO DA LITERATURA

AUTORES ELAINE SANTOS DOS REIS; PROF.^a DRA. GRACIELLE PAMPOLIM

Introdução: Este artigo analisa a persistente desigualdade racial na saúde, destacando a falta de dados detalhados por raça e cor como um obstáculo crucial. Através de uma revisão de literatura, explora-se a importância da inclusão desses dados nos sistemas de informação de saúde para aprimorar políticas públicas voltadas à população negra. A análise aborda a relação entre o racismo estrutural nos serviços de saúde e a eficácia das políticas existentes, discutindo como a ausência de dados perpetua a desigualdade e propondo recomendações para um SUS mais equitativo. **Metodologia:** A pesquisa utiliza uma revisão de literatura em bases de dados como PubMed, SciELO e LILACS para investigar a interseção entre racismo estrutural, sistemas de informação em saúde e políticas públicas, com foco na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). A análise dos dados extraídos é qualitativa e descritiva, organizada em categorias temáticas. **Discussão:** A PNSIPN enfrenta desafios significativos, incluindo estereótipos e preconceitos na prática clínica, que resultam na minimização da dor em pacientes negros e comprometem a qualidade do atendimento. A sobrecarga de trabalho e a falta de recursos dos profissionais de saúde também impactam negativamente a qualidade do atendimento. A dificuldade na autodeclaração racial e o despreparo dos profissionais no preenchimento dos dados de raça e cor geram resistência e receio de discriminação. Uma abordagem interseccional é essencial para compreender as desigualdades em saúde, considerando as múltiplas formas de opressão. A coleta e análise de dados por raça e cor são cruciais para monitorar e avaliar a eficácia das políticas de equidade racial na saúde. **Conclusão:** A pesquisa revela a persistência da dificuldade no preenchimento correto do quesito cor nos sistemas de informação de saúde, devido ao receio de discriminação. No entanto, a coleta desses dados é fundamental para identificar desigualdades e criar políticas mais justas. A compreensão do racismo estrutural como determinante social da saúde é essencial para superar essas barreiras. A coleta sistemática de dados, a capacitação de profissionais e o combate ao racismo institucional são cruciais para a implementação efetiva de políticas como a PNSIPN, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Palavras-chave: População negra. Racismo. Políticas públicas de saúde. Acesso aos serviços de saúde. Desigualdade em saúde. Sistemas de informação em saúde.





SOBREVIVER AO SUÍCIDO: O IMPACTO DAS VIOLÊNCIAS INTERSECCIONAIS NA VULNERABILIDADE COLETIVA DE ESTUDANTES NEGROS E LGBTQIAPN+ NO AMBIENTE ESCOLAR

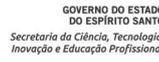
ROSEMARY COELHO DE OLIVEIRA¹

1 - Secretaria Municipal de Educação (SEME), Prefeitura Municipal de Vitória– ES, Brasil

Apresentação/Introdução: O presente estudo analisa as interseções entre raça, gênero e orientação sexual no contexto da vulnerabilidade e do risco de suicídio entre estudantes negros e LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. A pesquisa insere-se no debate sobre desigualdades estruturais e violências sistêmicas, destacando como essas experiências impactam a saúde mental e o sentimento de pertencimento desses jovens. Propõe-se a criação de espaços seguros e de acolhimento para prevenir situações de sofrimento extremo e reduzir o risco de suicídio. Para tanto, políticas educacionais que promovam a equidade e o respeito à diversidade são fundamentais, reforçando a necessidade de formação docente e da implementação de práticas restaurativas no ambiente escolar, visando transformá-lo em um espaço verdadeiramente inclusivo. **Objetivos:** O estudo tem como objetivo investigar as formas de discriminação e exclusão vivenciadas por estudantes negros e LGBTQIAPN+ e como essas violências contribuem para a vulnerabilidade ao suicídio. Além disso, busca apontar caminhos para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e restaurativo, capaz de promover justiça social e equidade. **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinados estudos acadêmicos, relatórios institucionais e materiais de organizações da sociedade civil que abordam a relação entre racismo, LGBTQIAPN+fobia e risco de suicídio na educação básica. Além disso, a pesquisa inclui análise de um caso emblemático de suicídio de um jovem negro e gay, buscando compreender os fatores que levaram à sua vulnerabilidade extrema. **Resultados:** Os resultados indicam que a violência simbólica e explícita contra estudantes negros e LGBTQIAPN+ no ambiente escolar intensifica a sensação de não pertencimento e exclusão. A ausência de políticas afirmativas e de práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas contribui para a perpetuação dessas violências, impactando diretamente o bem-estar emocional e a permanência desses estudantes na escola. **Conclusões/Considerações:** Evidencia-se, por elementos desenvolvidos no texto, que a escola deve ser repensada como um espaço ativo de transformação social, capaz de enfrentar desigualdades históricas e promover justiça social. A criação de espaços seguros e de acolhimento para estudantes negros e LGBTQIAPN+ é fundamental para prevenir situações de sofrimento extremo e risco de suicídio. Para isso, políticas educacionais que promovam a equidade e o respeito à diversidade são essenciais, assim como a formação docente, a implementação de práticas restaurativas e a inserção de narrativas afrocentradas e inclusivas no currículo, visando transformar a escola em um ambiente verdadeiramente acolhedor e inclusivo.

Palavras-chave: interseccionalidade; racismo; lgbtfobia; suicídio juvenil; práticas restaurativas.





TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS EM VITÓRIA-ES

LAURA FONTES SILVA¹; FRANCIÉLE M. C. LEITE²

1 - Discente do programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

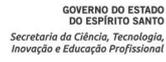
2 - Docente do programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

Introdução: Conflitos familiares recorrentes podem prejudicar o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. Esses conflitos frequentemente estão associados a ciclos intergeracionais de violência e negligência, com repercussões sociais amplas. **Objetivo:** Analisar as práticas de resolução de conflitos mais utilizadas entre mães, residentes de Vitória/ES. **Método:** Este estudo é oriundo de uma pesquisa de base populacional “Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo: um estudo de base populacional”. Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em Vitória- Espírito Santo, no período de janeiro a maio de 2022. A amostra do presente trabalho foi composta por 418 mulheres, com filhos com até 19 anos. A variável desfecho foi a tática e conflito com os filhos, aferida por meio do questionário “Escala de Táticas de Conflito entre Pais e Filhos” (CTSPC). As variáveis independentes foram compostas por dados sociodemográficos, econômicos e comportamentais. Os dados foram analisados através dos testes Qui-quadrado e Poisson, no software Stata 17. **Resultados:** Em relação ao desfecho de disciplina-não-violenta, a maioria (88,8%) das mães explicou aos filhos por que suas ações estavam erradas (IC 95% 85,7 - 91,8) e 60,8% (IC 95% 56,1 - 65,4) deram outra atividade para substituir a ação errada. No entanto, 70,8% (IC 95% 66,5 - 75,2) deram palmadas no bumbum e 49,5% (IC 95% 44,7 - 54,3) deram tapas nas mãos, braços ou pernas, configurando violência física. Além disso, 23,4% (IC 95% 19,4- 27,5) usaram objetos para bater em outras partes do corpo além do bumbum, configurando maus-tratos físicos contra criança. **Considerações:** Os dados sugerem que, embora a disciplina não-violenta seja amplamente adotada, há uma presença significativa de agressão física, com destaque para punições corporais e práticas de maus-tratos que são consideradas como um grave problema de saúde pública. A junção de práticas tão distintas evidencia a complexidade do problema e orienta a importância de medidas preventivas mais específicas e intervenções adaptadas às necessidades desse grupo.

Palavras-chave: Conflito Familiar; Violência Materna; Relacionamento Familiar; Tática de conflito parental.

Financiamento: Este estudo é oriundo de uma pesquisa intitulada “violência contra a mulheres residentes em Vitória, Espírito Santo”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 – PPSUS, sob coordenação da Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite.





USO DE MEDICAMENTOS INDUTORES DO SONO E A EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO

MARIANA KETLIN MONTEIRO MARTINS¹; GABRIELA OLIVEIRA²; ISaura BARROS ALVES PINTO³; FRANCÍELE MARABOTTI COSTA LEITE⁴

1 - Departamento de Fonoaudiologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil;

2 - Coordenação-Geral de Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes e Promoção da Cultura de Paz – Ministério da Saúde, Brasília - DF, Brasil

3 - Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil;

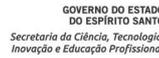
4 - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil

Apresentação/Introdução: A Organização Mundial da Saúde define a violência por parceiro íntimo (VPI) como o comportamento dentro de uma relação íntima que gera danos, que podem ser físicos, sexuais ou psicológicos. Mulheres que passam pela vivência da VPI podem desenvolver alterações no sono, o que pode contribuir para o uso de medicamentos indutores de sono. Além disso, esses medicamentos podem ser utilizados para amenizar sentimentos e emoções desagradáveis, como medo e ansiedade. A utilização desse tipo de medicamento pode levar a dependência química, por esse motivo é muito importante a atenção a essas vítimas e a disseminação de informações sobre a utilização desse tipo de medicação. **Objetivos:** Verificar a prevalência de uso de medicamentos indutores do sono e associação com o histórico de violência por parceiro íntimo entre mulheres residentes no município de Vitória, Espírito Santo. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, analítico e quantitativo, realizado no Município de Vitória, no estado do Espírito Santo. A amostra foi composta por 801 mulheres adultas com idade igual ou superior a 20 anos e até 59 anos. Os dados foram coletados entre janeiro e maio de 2022, nas residências das participantes. A variável desfecho é o uso de medicamento indutor do sono. As variáveis independentes foram compostas por dados sociodemográficos, econômicos e comportamental das mulheres. **Resultados:** Das participantes da pesquisa, 44% (n=124) informaram realizar o uso de medicamento indutor do sono, enquanto 34% (n=279) já haviam utilizado medicamento indutor do sono alguma vez na vida. Quanto às características sociodemográficas, 52% tinham entre 40 e 59 anos de idade, 42% eram pardas, 53% tinham 12 anos ou mais de estudo, 70% tinham renda familiar maior de 1.500,00 reais e 55% trabalhavam. O uso atual de medicamento indutor do sono esteve associado a idade, enquanto o uso alguma vez na vida foi associado à idade, situação conjugal, a ter sofrido violência sexual na infância e a ter sofrido violência por parceiro íntimo nos últimos 12 meses (p<0,05). **Conclusões/Considerações:** A partir dos resultados encontrados conclui-se que um número significativo de mulheres já experimentaram medicamento indutor de sono, e, um número importante fazem uso atualmente. Ainda, os achados apontam o quanto as experiências de violências estiveram associadas ao uso desses medicamentos. Esses achados são importantes e preocupantes considerando a importância do sono para a saúde e qualidade de vida da mulher, bem como, reforçam o quanto a violência impacta na saúde da vítima, desse modo é fundamental fortalecer as políticas de rastreio de violência, bem como, de qualidade do sono das vítimas, buscando assim contribuir para um cuidado mais holístico as vítimas.

Palavras-chave: Medicamentos indutores do sono; Violência contra a mulher; Violência por parceiro íntimo; Violência doméstica; Saúde da mulher.

Financiamento: EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 – PPSUS.





VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS NO ESPÍRITO SANTO: PESQUISA DOCUMENTAL

GUILHERME DE SOUZA NOGUEIRA¹; DANIELA VIEIRA MALTA²

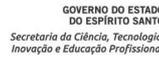
1 - Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura de Dores do Rio Preto. Dores do Rio Preto ES, Brasil

2 - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória ES, Brasil

Introdução: Este estudo apresenta a questão da migração e refúgio no Brasil, com destaque no Espírito Santo, discorrendo acerca das diversas manifestações da violência nesse processo. **Objetivos:** Descrever os principais tipos de violência contra migrantes, refugiados e apátridas que vivem no Espírito Santo. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa documental, cuja fonte primária foi matérias do Jornal A Gazeta, publicadas online entre 2021 a 2024. Para subsidiar a discussão a partir das matérias selecionadas, foram utilizados artigos, leis, relatórios, manuais, dentre outros, sobre a temática em questão. **Resultados:** Foram incluídas e analisadas 18 reportagens, evidenciando um cenário marcado por diferentes tipos de violência, manifestando-se em xenofobia, racismo, negligência estatal, ineficácia de política estadual, barreiras culturais e linguísticas, além da dificuldade em acessar direitos sociais básicos. **Considerações:** Ao final da discussão, mediante resultados analisados, o estudo evidenciou que as dificuldades e desafios impostos à população em destaque acarreta a exposição às diversas violências, impactando no processo de integração local, nos aspectos social e emocional, além de pôr em risco a integridade física desses indivíduos.

Palavras-chave: Refugiados Migrantes Apátridas Espírito Santo Violência





VIOLÊNCIA CONTRA TRANSEXUAIS: REVISÃO DE LITERATURA

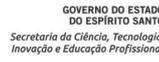
JORGE ROSSETO¹

1 - Especialização em Prevenção à Violência, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil

Introdução: A pessoa transgênera, transexual ou trans é utilizado para designar quem não se identifica com o gênero imposto ao nascimento. Busca-se contribuir com a visibilidade transsexual, reduzindo a discriminação existente pela visão cisnormativa, caracterizada por desacreditar outras possibilidades de existências fora do padrão cisgênero. A violência contra travestis e transexuais é um problema de saúde pública no Brasil, sendo um dos países mais violentos contra essa população. Pode-se definir transfobia como discriminações verbais ou não verbais, de forma intencional ou não, podendo ser ataques diretos, deturpação da identidade da pessoa ou invalidação de sexualidade. Pesquisas evidenciam que de 2022 a 2023 houve aumento de 10,7% nos casos de assassinatos. Além disso, o Brasil é o país que mais mata trans (Benevides, 2025). Dados também mostram que pessoas pertencentes a minorias sexuais têm 27% mais chances de desenvolver depressão na velhice (Benevides, 2025), mostrando como as violências sofridas impactam a saúde mental. **Objetivos:** Este trabalho, objetivou revisar a literatura nacional sobre a violência contra pessoas trans, analisando a violência transfóbica a partir de pesquisas quantitativas, observando dados sociodemográficos e também os quantitativos de tipologias das violências e a caracterização dos agressores. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica de literatura. **Resultados:** Foram encontrados dados que revelam a gravidade desta questão pública. A pesquisa revela que a violência psicológica é a mais prevalente, seguida pela violência sexual e, por último, a violência física. As vítimas frequentemente apresentam perfis sociodemográficos vulneráveis, como baixa escolaridade e idade entre 20 e 39 anos, com predominância de pessoas negras e pardas. Muitos casos de violência contra mulheres travestis e transexuais (MTT) não são denunciados devido ao medo de represálias ou desconfiança nas autoridades. O agressor mais comum é desconhecido, seguido por vizinhos, policiais e parceiros. A saúde mental das vítimas é profundamente impactada, muitas relatam estados emocionais negativos. **Conclusões/Considerações:** A violência contra MTT é um reflexo de discriminação social, necessitando de resposta pública eficaz, como a capacitação de profissionais e a notificação compulsória de casos para enfrentar essa realidade.

Palavras-chave: transexualidade; transfobia; violência; saúde pública; mulheres transexuais e travestis.





VIOLÊNCIA NO NAMORO ENTRE ADOLESCENTES: REVISÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA

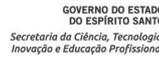
ISAURA BARROS ALVES PINTO¹; FRANCIÉLE MARABOTTI COSTA LEITE¹

1 - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil.

Apresentação/Introdução: A violência no namoro (VN) entre adolescentes envolve abusos físicos, emocionais ou sexuais entre parceiros íntimos. Esse tipo de violência também pode ser entendido como ações destinadas a exercer controle, restringir a liberdade ou estabelecer domínio sobre o parceiro. Suas manifestações abrangem desde agressões físicas e sexuais até abusos psicológicos, verbais, relacionais, morais e simbólicos, com possíveis consequências que vão do sofrimento emocional ao dano físico ou, em casos graves, à morte da vítima (Pérez-Marco et al, 2020). **Objetivos:** Examinar, de maneira crítica e abrangente, a literatura científica sobre a violência no namoro entre adolescentes, com foco nas tendências, causas, consequências e intervenções abordadas nos estudos publicados. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa que seguiu as diretrizes para revisões narrativas, buscando oferecer uma visão geral sobre o tema sem a restrição de critérios rígidos para a seleção de estudos, o que é característico deste tipo de revisão. **Resultados:** A violência nos relacionamentos amorosos adolescentes envolve atos específicos entre parceiros íntimos, podendo assumir formas físicas, emocionais, sexuais ou até incluir comportamentos de perseguição. Esse tipo de violência também pode ser entendido como ações destinadas a exercer controle, restringir a liberdade ou estabelecer domínio sobre o parceiro. Suas manifestações abrangem desde agressões físicas e sexuais até abusos psicológicos, verbais, relacionais, morais e simbólicos, com possíveis consequências que vão do sofrimento emocional ao dano físico ou, em casos graves, à morte da vítima (Pérez-Marco et al, 2020). Um estudo de 2019 em Jalisco, México, analisou o impacto do abuso no namoro, presencial e digital, na qualidade de vida de 398 adolescentes. Dos participantes, 55,5% foram vítimas, e níveis mais altos de vitimização reduziram significativamente sua qualidade de vida (Javier-Juárez, 2022). Uma outra pesquisa descritiva em Pernambuco revelou que 31,9% dos adolescentes foram vítimas de violência física no namoro, enquanto 37,6% se declararam perpetradores. Em relação à violência sexual, 36,4% se identificaram como vítimas e 30,8% como agressores. No caso da violência psicológica, 81,8% foram vítimas e 86,2% se reconheceram como perpetradores (Veríssimo et al., 2022). **Conclusões/Considerações:** A violência no namoro, é um preditor da violência por parceiro íntimo no futuro, contudo, esta, possui características distintas da violência no contexto de relações íntimas entre adultos, especialmente em termos de dados estatísticos, que frequentemente destacam a mulher como a única vítima, o que difere entre os adolescentes onde ambos os sexos são predominantes. Por isso, far-se-á necessário pesquisas no Brasil que aprofundem e abranje dados atuais sobre a violência no namoro entre adolescentes. Além de programas de prevenção e de intervenção precoce em casos de violência nas relações afetivas sexuais deste grupo.

Palavras-chave: Adolescente; Violência; Relações interpessoais.





VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

LUIZA EDUARDA PORTES RIBEIRO¹; LORRANIA RODRIGUES DE SOUZA FARIAS²

1 - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Referência Técnica da Violência do município de Vila Velha, Brasil

2 - Referência Técnica da Violência do município de Vila Velha, Brasil

Apresentação/Introdução: A violência sexual é um importante agravo de saúde pública que culmina em diversas consequências na saúde e qualidade de vida das pessoas, sobretudo, das crianças e adolescentes que podem ter repercussões até na vida adulta. A vigilância epidemiológica rastreia este tipo de violência a partir das notificações compulsórias realizadas pelas instituições que atendem a este público, tendo papel fundamental no monitoramento destes casos e elaboração de formações em saúde para orientação aos profissionais quanto ao atendimento. **Objetivos:** Descrever os casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes de 0 a 17 anos no município de Vila Velha, ES, no ano de 2024 de acordo com as características da vítima, da agressão e do agressor. **Metodologia:** Estudo descritivo quantitativo referente as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes residentes de Vila Velha realizadas entre janeiro a dezembro de 2024. Os dados foram extraídos do banco de dados da Vigilância Epidemiológica do município de Vila Velha por meio do sistema e-SUS VS. As características da vítima avaliadas foram: faixa etária (0 a 5 anos; 6 a 11 anos; 12 a 17 anos), sexo (feminino; masculino), raça/cor de pele (preta; parda; branca; amarela), deficiência (sim; não) e região de saúde de residência da vítima (1; 2; 3; 4; 5). Em relação ao agressor foi verificado o vínculo com a vítima (amigos/conhecidos; pai/padrastro; namorado/exnamorado; irmão, desconhecido; outros), sexo (feminino; masculino, ambos os sexos), idade (criança; adolescente; adulto; idoso) e uso de álcool (sim; não). Sobre a agressão foi avaliado o local de ocorrência (residência; escola; via pública; outro) e o tipo de violência sexual (assédio sexual; estupro; pornografia; exploração sexual). O programa Excel foi utilizado para o tratamento dos dados. **Resultados:** Quase 67% dos casos de violência sexual registrados no ano de 2024 no município de Vila Velha eram contra crianças e adolescentes totalizando 232 casos. A maior parte foram perpetrados contra meninas (86,6%), pardas (71,2%), sem deficiência (67,7%) e que eram adolescentes (54,8%). Cerca de 28% dos casos eram de residentes da Região 5 do município. Foram registrados 198 casos de estupro e 63 de assédio sexual. A maioria dos casos ocorreu dentro de casa (71,5%), por homens (92,2%) adultos (47,4%) e amigos ou conhecidos da vítima (41,8%). **Conclusões/Considerações:** Os dados apontam a necessidade de avaliação da saúde e demais órgãos de forma mais criteriosa às crianças e adolescentes no ato de atendimento considerando suas vulnerabilidades ao agressor que na maior parte dos casos é conhecido da vítima e pode não indicar suspeita.

Palavras-chave: delitos sexuais; vigilância em saúde pública; violência.





VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

VIVIANE LAIBER ALMEIDA¹; DANIELA VIEIRA MALTA¹; DHERIK FRAGA SANTOS²; ELIANE MAURA LITTIG³

1 - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, Brasil

2 - Universidade Federal de Catalão. Catalão-GO, Brasil

3 - Faculdade Unida de Vitória. Vitória-ES, Brasil

Este artigo aborda a violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes no contexto do Estado do Espírito Santo, utilizando dados de registro público e o Observatório MulherES como principal referência estatística e trabalhos acadêmicos e literários sobre o tema. A violência sexual é um fenômeno complexo e multifacetário que atinge diversas camadas da sociedade, com consequências devastadoras para a saúde mental das vítimas, o que revela um cenário preocupante, diante dos dados alarmantes, especialmente no contexto do nosso Estado. **Apresentação/Introdução:** A violência sexual é uma das formas mais graves e perversas de violação dos direitos humanos. Trata-se de um fenômeno que perpetua desigualdades de gênero históricas e que está intrinsecamente relacionado a assimetrias de poder, perpetuando ciclos de opressão e trauma. No contexto brasileiro, e em particular no Espírito Santo, os índices de violência sexual são alarmantes e os dados regularmente divulgados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública refletem um cenário de emergência social que demanda ações contundentes no enfrentamento e na proteção das vítimas. Os impactos na saúde mental das vítimas de violência sexual são profundos, com consequências como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade, distúrbios alimentares, insônia, e até o uso abusivo de substâncias como forma de lidar com a dor emocional. Estudos, demonstram que essas violações comprometem a integridade psíquica das vítimas, exigindo intervenções especializadas que promovam a recuperação emocional e a reintegração social. **Objetivos:** Discutir a violência sexual (crimes contra a dignidade sexual) e seus impactos na saúde mental. **Metodologia:** É uma pesquisa reflexiva, fundando-se em estatísticas, estudos acadêmicos e na literatura existente sobre o tema, explorando os impactos psicológicos desse tipo de violência e a necessidade de uma articulação efetiva entre políticas públicas e intervenções na área da saúde mental. A análise é fundamentada em obras com narrativas de violência sexual e saúde mental, experiências registradas por estudantes e pesquisadores e territórios. **Resultados:** Como resultados elencamos sugestões para o aprimoramento das medidas de enfrentamento e suporte às vítimas. **Conclusões/Considerações:** Embora avanços tenham sido registrados como a ampliação da rede de atendimento às vítimas, muito ainda precisa ser feito acerca do desenvolvimento e implementação de políticas públicas que nos desafiam diariamente no enfrentamento à violência contra mulheres, crianças e adolescentes. A violência sexual é um fenômeno amplamente subnotificado, dificultando uma compreensão precisa de sua dimensão real, independentemente da métrica utilizada. Diversos fatores explicam essa subnotificação, desde o medo das vítimas de buscar ajuda até a incapacidade de reconhecer certas experiências como violência. Isso revela não apenas barreiras sociais e culturais, mas também a necessidade de ampliar as estratégias de conscientização, acolhimento e proteção às vítimas, permitindo uma abordagem mais eficaz e representativa desse problema estrutural destacado por atitudes machistas. A prevenção da violência sexual também depende de iniciativas educacionais que promovam o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. A implementação de campanhas de conscientização no Espírito Santo tem mostrado resultados promissores, mas carece de maior alcance e continuidade. A violência gera a redução no desenvolvimento educacional da criança e do adolescente, o que a priva de oportunidade de experimentar outras fases da vida e aumenta significativamente os casos de suicídio entre jovens.

Palavras-chave: violência sexual; mulheres; crianças; adolescentes; saúde mental.





TRABALHOS PREMIADOS COM MENÇÃO HONROSA NO EVENTO

Título do Trabalho	Autores	Instituição
EXPOSIÇÃO AS ADVERSIDADES NA INFÂNCIA ASSOCIADA A SINTOMATOLOGIA DA DEPRESSÃO EM MULHERES	TIFFANI MATOS OLIVEIRA; FERNANDA GARCIA MIGUEZ; FRANCIELE MARABOTTI COSTA LEITE	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil
VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS LONGEVOS NO ÚLTIMO ANO: DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019.	BRUNA VENTURINI ¹ ; EUGÊNIA PORTES ² ; LUIZ AUGUSTO FACCHINI ¹	1 - Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil 2 - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil
CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E FAMILIARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS NOS REGISTROS DE UM CONSELHO TUTELAR EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO	MARIA VITÓRIA BERTOLANI DE OLIVEIRA; THIAGO SANDRINI MANSUR	Faculdade América, Cachoeiro de Itapemirim – ES, Brasil
"TRISTE, LOUCA OU MÁ": ARTICULAÇÕES ENTRE SAÚDE MENTAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	ANNA CAROLINA NASCIMENTO DE ARAUJO	Especialização em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral, Superintendência de Educação a Distância, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, Brasil
COMPORTAMENTO AUTOLESIVO NA ADOLESCÊNCIA: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA BIOECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER	Neila de Oliveira Cabral ¹ ; Daniela Vieira Malta ¹ ; Dherik Fraga Santos ² ; Eliane Maura Littig Milhomem de Freitas ³	1 - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES, Brasil 2 - Universidade Federal de Catalão. Catalão-GO. Brasil 3 - Faculdade Unida de Vitória. Vitória-ES, Brasil,

